

ISSN 2318-9282

número 7

ano 3

jun 2015

desidades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

7

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Heloísa Dias Bezerra

Maria Carmen Euler Torres

Renata Alves de Paula Monteiro

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Alexandre Bárbara Soares

Carina Borgatti Moura

Felipe Salvador Grisolia

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Bello

Lis Albuquerque Melo

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Suzana Santos Libardi

EQUIPE TÉCNICA

Arthur José Vianna Brito

Clara Marina Hedwig Willach Galliez

Isa Kaplan Vieira

Luciana Mestre

Marina Del Rei

Paula Pimentel Tumolo

REVISORA

Sheila Kaplan

TRADUTORA

Flavia Ferreira dos Santos

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussef Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane

Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa Maria Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL 7

TEMAS EM DESTAQUE

A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica? 10

Gina Khafif Levinzon

Crianças, jovens e suas famílias nas esquadrias da epidemia do HIV/AIDS 21

Elizabete Franco Cruz

ESPAÇO ABERTO

A violência contra jovens no Brasil: com a participação do Estado? 33

ENTREVISTA DE *Heloisa Dias Bezerra*

COM *Dijaci David de Oliveira*

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

RESENHAS

Generaciones: movimientos juveniles, políticas de la identidad y disputas por la visibilidad en el Chile neoliberal 44

RESENHA POR *Víctor Muñoz Tamayo*

A escola e o mundo do aluno: estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola 48

RESENHA POR *Ana Maria Cavaliere*

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 53

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 59

Neste momento assistimos a mais um episódio da cena política brasileira que, ao investir contra o pacto social acordado na Constituição Federal, cria factoides da realidade social cujos desdobramentos serão nefastos sobre a juventude e suas relações com a geração dos adultos. A Proposta de Emenda Constitucional 171/93, que altera a maioria penal de 18 para 16 anos, a ser votada proximamente no plenário da Câmara Federal do Brasil, está de costas para as evidências amplamente mostradas pelos setores competentes da sociedade organizada de que a redução da maioria não cumpre o alardeado objetivo que esta lei lhe destina. Sobretudo, assiste-se ao esgarçamento traiçoeiro do compromisso com o bem público ao se atropelar a discussão profunda com a sociedade a respeito de uma alteração de cláusula pétrea da Constituição Federal. A juventude brasileira torna-se eventual ré no tribunal patético dos equivocados.

Nesta edição da DESIDADES trazemos uma contribuição a este debate com a entrevista do Professor Dijaci David de Oliveira, pesquisador e professor da Universidade Federal de Goiás, Brasil, que expõe, a partir de suas pesquisas e as de outros pesquisadores, a falácia em torno da crença de que os jovens são violentos. Ao contrário, os jovens estão morrendo ao invés de fazerem os outros morrer: eles são as maiores vítimas da violência, principalmente aqueles provenientes de classe social baixa e negros. Segundo o pesquisador, apenas 2% da violência é cometida por jovens com menos de 18 anos! Assim, inversamente ao que se propala, contrariamente à crença de se estar à beira de um ataque por um bando de jovens perigosos, são os jovens que estão sendo assassinados com a conivência de toda a sociedade. Como coloca o pesquisador, os “autos de resistência” fornecem o dispositivo jurídico necessário para que o aparato policial brasileiro mate jovens sem que haja inquérito e apuração de responsabilidades. Os exemplos são muitos de que mesmo havendo provas cabais da execução gratuita de jovens, nada acontece com os policiais envolvidos. A pergunta levantada pelo pesquisador deveria estar na pauta do debate sobre a redução da maioria penal: por que estamos fazendo da juventude o “bode expiatório” dos nossos males sociais? De que se trata este ódio social aos jovens, principalmente os pobres e negros, no Brasil, como também em muitos outros países da América Latina?

Seguimos esta edição com dois artigos na seção Temas em Destaque: “A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica?”, da psicanalista e pesquisadora Gina Levinzon, e “Crianças, jovens e suas famílias nas esquadrias da epidemia do HIV/AIDS”, da professora e pesquisadora Elizabete Franco Cruz. Gina Levinzon nos conduz neste terreno cujas águas, ao parecerem pantanosas, podem amedrontar tanto as crianças adotivas como seus pais. Afinal, como lidar com situação tão delicada e difícil como quando a criança adotiva quer saber sobre sua origem? Sobre seus pais biológicos? Como atender à demanda da criança sobre o saber de onde veio e como foi adotada? Ao enfrentar os diversos medos que esta situação mobiliza nos pais e na criança, a autora nos convida a pensar sobre a curiosidade como elemento de saúde psíquica, que é construída pela possibilidade de se elaborar as adversidades inerentes à vida de cada um, fazendo do terreno aparentemente pantanoso o solo de construção de uma identidade pessoal.

Elizabete Franco Cruz, no artigo “Crianças, jovens e suas famílias nas esquadrias da epidemia do HIV/AIDS”, apresenta o complexo quadro de dificuldades das crianças e jovens vivendo com HIV/AIDS: estigma, discriminação, isolamento, reduzidas perspectivas de vida. Quando as condições socioeconômicas das famílias são adversas, e/ou no caso de falecimento ou abandono dos pais, muitas destas crianças e jovens são institucionalizadas. As concepções normativas sobre o bem-estar da criança e as condutas das famílias nem sempre “abrem portas e janelas”, como coloca a autora, para que a criança possa lidar com situação de tamanha adversidade. Assim, a autora problematiza: quem deve falar em nome do interesse da criança e do jovem - a família? o/a profissional? o gestor da lei? Em situações complexas e difíceis, pode-se aderir a soluções e saídas que são mais factíveis, ou as que se podem enxergar naquele momento. No entanto, a autora convida o leitor a considerar esta situação na sua liminaridade, ao nos interpelar a questionar nossas verdades, vencer a sedução da solução fácil e poder escutar com paciência a criança, o jovem e todos envolvidos na construção de seu bem-estar.

Duas resenhas compõem esta edição da DESIDADES, uma de Victor Muñoz Tamayo sobre a obra de Oscar Aguilera Ruiz, “Generaciones: movimientos juveniles, políticas de la identidad y disputas por la visibilidad en el Chile neoliberal”, e outra de Ana Maria Cavaliere, da obra coordenada por Marcelo Baumann Burgos, “A escola e o mundo do aluno – Estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola”.

A partir das duas resenhas, aspectos diversos da condição juvenil na América Latina são apresentados e discutidos. Em ambas, está presente o sujeito juvenil como enredado nas práticas sociais e discursivas que o constituem – as da escola, as da sociedade neoliberal e de consumo – mas também oportunamente inventor de si, de suas possibilidades e linhas de fuga. Vale conferir a apreciação dos resenhistas sobre obras distantes no espaço, publicadas uma no Brasil e outra no Chile, mas convergentes nas suas preocupações.

Finalmente, brindamos como sempre o leitor e a leitora com o levantamento bibliográfico das obras publicadas em livros, na América Latina, em ciências sociais e humanas, na área da infância e juventude. São 51 obras listadas apenas neste trimestre, vale conferir e aproveitar as boas oportunidades de leitura.

Lucia Rabello de Castro

EDITORA CHEFE

A curiosidade na adoção: terreno pantanoso ou saúde psíquica?

Gina Khafif Levinzon



FOTO Flávio Pereira

A adoção se caracteriza pela formação de um elo afetivo e jurídico entre uma criança que não pôde ser criada pelos genitores e pais que escolheram criar uma criança com a qual não têm parentesco direto sanguíneo.

Do lado do adotado, há uma história anterior, em que ocorreu uma ruptura no contato com seus pais biológicos. Estes últimos não puderam ou não se dispuseram a participar do processo de desenvolvimento do filho e, muitas vezes, encontramos neles situações de vida verdadeiramente traumáticas. De modo geral, são pessoas com alto grau

de desamparo financeiro e afetivo, ou ainda, algumas vezes, com comprometimento psíquico considerável. Na maioria esmagadora das vezes, a genitora se encontra sem o apoio do pai da criança. A separação entre a mãe e a criança pode ter ocorrido em diversas idades, mas acontece comumente quando o filho é pequeno.

A criança sente os efeitos dessa separação, que vão depender do momento e das condições em que aconteceu, assim como de suas características próprias. Podemos dizer que essa situação representa para ela um trauma, que poderá ser sentido como uma leve cicatriz, ou, em casos mais graves, como uma ferida aberta. Se a descontinuidade do contato com a mãe biológica ocorreu logo no início da vida do filho, quando bebê, ele não terá lembrança consciente dela ou do que ocorreu. Por outro lado, a experiência clínica nos mostra que nestes casos há algum tipo de registro afetivo do que é vivido, sem palavras, e que corresponde ao que a psicanalista Melanie Klein (1957/1991) denominou de “lembranças em sentimentos”. Por meio de testes psicológicos projetivos ou pela transferência na situação analítica, surpreendemo-nos com a presença dessas memórias inconscientes.

Nos casos de adoções tardias, ou seja, que ocorrem quando a criança tem mais de dois ou três anos de vida, já se pode falar em lembranças mais explícitas do ambiente anterior à adoção. Elas podem incluir o contato com os genitores, ou ainda, o(s) abrigo(s) onde viveu até ser adotada. Ainda assim, quando se conversa com a criança sobre esse período, é comum encontrarmos uma memória seletiva, permeada por suas fantasias e cheia de pontos em branco. Em função da dor presente, muitas vezes as crianças querem esquecer estas vivências que as remetem a sentimentos de abandono, desamparo e anonimato. Ao serem adotadas, elas têm satisfeita sua necessidade primordial de viver em uma família e de serem amadas por pais presentes, especialmente quando o processo de adoção se dá de forma satisfatória.

A história dos pais adotivos também é um elemento importante a ser considerado nesse processo. Na maioria das vezes, adotaram por questões de esterilidade de um ou ambos os cônjuges e passaram por uma série de tratamentos frustrados até que resolveram recorrer a esta forma de parentalidade. A adoção lhes proporciona a experiência valiosa de satisfazer seus instintos maternos e paternos e de construir uma família. Nem sempre, no entanto, a impossibilidade de gerar filhos é bem elaborada e isto pode repercutir de forma negativa no relacionamento com a criança. Nestes casos, os comportamentos do filho destoantes das expectativas dos pais lembram sempre a estes que “ele não veio deles”. São as chamadas ‘fantasias do mau sangue’ (Levinzon, 1999, 2004, 2014a), que estão associadas a sentimentos de rejeição inconscientes.

Há outras motivações possíveis para a adoção, como o conhecimento anterior da criança, alguma forma de parentesco, a escolha de determinado sexo, o medo da gravidez, a tentativa de substituir um filho perdido, o desejo de ter mais um filho quando já se chegou a uma idade avançada em que não é mais possível engravidar, a identificação com a orfandade, a falta de um parceiro, entre outras. Há ainda ‘o desejo de fazer o bem’, que traz complicações importantes no convívio sincero com o filho, visto que se passa a esperar dele ‘gratidão pela benfeitoria’. Podemos dizer que a motivação para adoção representa um pano de fundo que prenuncia saúde ou turbulência emocional, dependendo do quanto foi bem elaborada psiquicamente. Nos dias de hoje, a exigência legal de os pais adotivos passarem por grupos preparatórios para a adoção procura minimizar os efeitos dessas variáveis.

Dentro desse panorama geral, podemos dizer que a questão da curiosidade toca no cerne do mundo adotivo, tanto no que se refere à criança, quanto aos pais adotivos. Do lado da criança, representa a busca por uma parte de sua identidade, de sua história anterior. Do lado dos pais, configura o enfrentamento da situação de não consanguinidade com o filho, com os desdobramentos reais e imaginários dessa condição.

Pretendo, nesse trabalho, examinar de forma mais acurada o tema da curiosidade no mundo adotivo, ressaltando os aspectos que indicam saúde psíquica e aqueles que apontam para bloqueios psicológicos, acompanhados da discussão de material clínico.

A curiosidade

Klein (1921/1981, 1928/1981, 1930/1981) associa a curiosidade ao instinto epistemofílico, ou impulso para o conhecimento, extremamente importante ao desenvolvimento emocional e presente em todos os seres humanos. Para a autora, este instinto, ativado pelo surgimento das tendências edípicas, está de início relacionado com o corpo da mãe, com o que há dentro dele, com sua capacidade de gerar bebês. A criança se interessa por estes temas e elabora fantasias e indagações a esse respeito. Os danos ao instinto epistemofílico estão associados a dificuldades no plano emocional. Se a curiosidade natural e o impulso para pesquisa do desconhecido encontram oposição, a possibilidade de entrar em contato consigo mesmo fica extremamente prejudicada.

O psicanalista Bion (1962/1966) denomina ‘Vínculo K’ a relação que existe entre um sujeito que busca conhecer um objeto e um objeto que busca ser conhecido. Este último pode ser algo ou alguém externo, assim como o próprio sujeito, que busca a verdade a respeito de si mesmo. Para este autor, a busca do conhecimento depende tanto da disposição hereditária do sujeito, quanto da relação com a mãe. Se for adequada, a ‘rêverie’ da mãe, ou seja, sua capacidade de sonhar e se conectar com o bebê, permitirá que ele desenvolva uma ‘função K’ – a capacidade de buscar conhecimento. A criança projeta na mãe suas angústias e sentimentos, e esta exerce um papel de “filtro”, contendo-os, discriminando-os, e devolvendo-os à criança de forma que possa utilizá-los saudavelmente. O conhecer baseia-se então no aprender com a experiência, com as frustrações e privações transformadas em pensamentos. Quando isso não ocorre de forma suficiente, a angústia projetada na mãe pode ser novamente introjetada pela criança como um “terror sem nome”, o que dificulta a abertura de um espaço de pesquisa do mundo.

Vemos que a curiosidade é compreendida, segundo o vértice psicanalítico, como uma função de saúde psíquica. Está associada ao impulso natural para o crescimento, mas depende de condições ambientais para que possa manifestar-se na sua plenitude. Identificamos já no bebê pequeno a exploração contínua de um mundo a descobrir e consideramos que nas crianças de todas as idades é natural haver perguntas sobre os assuntos mais diversos.

Quando falamos em crianças adotivas, encontramos esse mesmo movimento no sentido de desbravar o desconhecido, acrescido de indagações sobre a história de sua família de origem genética. À pergunta: “de onde vim?”, somam-se várias outras: “por que minha mãe não ficou comigo?”; “fui amado?”; “sou o causador da separação?”; “matei minha mãe com meu nascimento?”; “quem são meus pais?”; “o que aconteceu?”... Explorar esse universo da origem expõe a criança a situações de dor, por vezes de mágoa, e de contato com um campo cheio de lacunas incompreensíveis. Por outro lado, essa investigação permite que o adotado construa de forma sólida um sentimento de identidade, baseado na realidade. De modo geral, quando tudo corre bem, a dor é contrabalançada pela estabilidade e harmonia do lar adotivo. Ao explorar sua história e seus sentimentos, a criança fica livre para explorar o mundo.

A “revelação”

Uma das dúvidas e angústias mais frequentes dos pais adotivos refere-se a quando e como contar à criança que ela é adotada. Há hoje um consenso geral de que a criança precisa saber de sua condição de adoção. Embora alguns autores coloquem restrições quanto a isso (Schechter, 1964; Wieder, 1977, 1978), há quase uma unanimidade dos profissionais que lidam com adoção a favor de que se informe ao filho, da forma mais natural possível, que ele é adotado (Abadi, Lema, 1989; Diniz, 1993; Garma et al, 1985; Giberti, 1992; Hamad, 2002; Lifton, 1994; Mattei, 1997; Triseliotis, 1973, entre muitos outros autores). Em geral, isso ocorre a partir das próprias indagações da criança sobre sexualidade, por volta dos três ou quatro anos de idade, quando ela quer saber de onde vêm os bebês. Essa pergunta a remete, assim como aos pais, diretamente à questão de sua origem. Costumamos dizer que o melhor para a criança é ter a ideia de que “sempre soube que era adotada”, que não houve o “dia da revelação”.

Os pais podem introduzir esse assunto ao filho por meio de histórias em que há um personagem adotado. Ocorre muitas vezes que a própria criança pergunte, depois de certo tempo de maturação: “Pai, mãe, essa é a minha história?”. Em muitas famílias, a informação sobre adoção acontece de modo mais direto ou, às vezes, com conotações místicas e religiosas, dependendo de suas crenças. O “filho do coração” se diferencia do “filho da barriga”, mas o que fica ressaltado é o amor que existe entre pais e filhos, independentemente da ligação biológica. Com o tempo, se tudo correr bem, a criança irá fazer perguntas no sentido de compreender melhor e com mais detalhes a história inicial de sua vida.

Em entrevistas de orientação a pais adotivos, ressaltamos que eles não irão falar com seu filho sobre a adoção apenas uma vez. Pelo contrário, devem se preparar para falar sobre isso pelo resto da vida, o que não significa o tempo todo (Levinzon, 2014a). A cada fase da vida, a questão da origem é revista, segundo o nível de desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança.

As angústias dos pais adotivos

A experiência clínica mostra que as perguntas do filho sobre adoção são feitas quando há espaço psíquico para essa investigação. Pais muito angustiados com relação à sua parentalidade podem reprimir, de forma consciente ou inconsciente, a busca de uma história anterior ou de um sentido para a separação da criança ou do adolescente em relação à sua herança biológica.

Quando a esterilidade do casal adotivo não está bem elaborada, conversar com a criança sobre sua origem biológica significa assumir sua impossibilidade de gerar filhos. Nestes casos, há uma ‘ferida narcísica’ difícil de ser superada, acompanhada pelo sentimento de castração da fantasia de continuidade biológica e da imortalidade dos pais (Levinzon, 2014b). Pode haver sentimentos de inferioridade, associados a uma vergonhosa incapacidade de gerar filhos (Triseliotis, 1973).

Segundo Freud (1914/1980), os pais atribuem aos filhos o prolongamento idealizado de si mesmos. No campo da adoção não há o elo genético, o que pode dificultar essa identificação. Nestes casos, criar uma criança “que não veio deles” pode ser ainda mais penoso para os pais quando ela apresenta diferenças físicas, de raça, de personalidade. Eles gostariam, consciente ou inconscientemente, que seu filho tivesse nascido “de sua barriga”. A aquisição e o fortalecimento do sentimento de filiação devem ocorrer apesar da descontinuidade biológica. O desafio é lidar com as diferenças, sem olhá-las de modo pejorativo ou associá-las à “herança maldita” deixada pelos seus genitores (Levinzon, 2014c).

Outro ponto importante que pode estar presente no psiquismo dos pais são as ‘fantasias de roubo’, que podemos identificar com frequência na clínica e que foram descritas por vários autores (Wieder, 1978; MacDonell, 1981; Garma et al, 1985; Grinberg, 1982). Os pais podem sentir como se “tivessem roubado” a criança e ficam temerosos de perdê-la ou de alguma retaliação. Essa fantasia corresponde a desejos edípicos inconscientes infantis¹, e pode manifestar-se ao tomar como filho uma criança nascida biologicamente de outra pessoa. Além disso, a falta do elo de sangue é frequentemente sentida como se não garantisse a adoção. O medo de perder o filho adotivo é um dos fantasmas mais temidos pelos pais.

Para alguns, há uma espécie de pensamento mágico: “se não vejo, então não existe”. Disso pode resultar: “se não falamos sobre o passado de nosso filho, ele não está lá para nos atormentar...”. Este tipo de atitude resulta em sérias dificuldades para a criança, que sente que há algo no ar não falado e pode interpretar essa lacuna de formas variadas. Ela intui algo que não lhe é confirmado e isso prejudica a confiança na sua percepção e na relação com os pais. Fantasias como “se eles não falam a respeito eu devo ter feito algo muito errado” ou “meu passado é vergonhoso, tenho que fugir dele de qualquer forma” podem predominar. A criança passa a bloquear sua curiosidade, já que a investigação é sentida como perigosa e destruidora. Em conversas com crianças e, principalmente, com adolescentes adotados, ouve-se: “não pergunto para não magoar meus pais; vão ficar chateados comigo; vão pensar que não gosto mais deles; não vão mais gostar de mim...”.

Estudos, como o realizado por Woiler (1987), mostram os prejuízos causados na aprendizagem pela dificuldade em lidar com a investigação sobre a adoção. Como estar aberto para aprender se há portas e janelas importantes fechadas no caminho do conhecimento?

1. Numa idade tenra, a criança tem fantasias de tomar o pai ou a mãe para si, e de rivalizar com o progenitor do sexo oposto. É o chamado Complexo de Édipo, normal no desenvolvimento humano. Podem fazer parte dessa fase desejos inconscientes de “roubar” os bebês que os pais têm a capacidade de gerar. Com o crescimento, essas fantasias são conferidas com a realidade e dão lugar a uma relação mais realista consigo mesmo e com o outro.

Os pais de Anita² me procuraram quando ela tinha 9 anos, com a queixa de dificuldades de aprendizagem importantes, assim como de um comportamento bastante retraído socialmente. Demorava em se ambientar, especialmente nas situações novas, que procurava evitar ao máximo. Logo me contaram que ela era adotada, mas não tinham lhe falado nada a respeito, por achar que “ainda era muito nova para sabê-lo” e também “porque ela sofreria muito”. Tinha sido adotada bebê e seu início de vida foi difícil, pois chorava muito.

Anita era loira com olhos azuis, assim como os pais. A aparência física semelhante facilitava a atitude de não contar sobre a adoção, visto que era difícil pensar que não tinha vínculo biológico com os pais.

Segundo a mãe, a filha mexia em tudo, ‘de maneira devastadora’. Chegavam a colocar limites para isso: ela abria todas as gavetas, os armários, “podia fazer um inventário do que havia na casa”. Deixava os rastros de sua investigação desenfreada à mostra, mas negava que era ela quem tinha feito isso. Recentemente havia sabido que uma criança conhecida sua era adotada e perguntou “se os pais da colega haviam lhe contado sobre a adoção”.

Ficava claro que Anita intuía sua condição de adoção e que havia nela um ímpeto para a investigação de algo que ficava nas entrelinhas e não podia ser falado. Não era um entendimento consciente, mas um sentimento que buscava espaço para se expressar e só podia fazê-lo de forma velada.

Ela nunca havia feito perguntas sobre como nascem os bebês, sobre sexualidade. Os pais também nunca tomaram a iniciativa de fazê-lo. Acabou tornando-se mais um assunto tabu, fechado para exploração. Falar de concepção, gravidez, remeteria toda a família à questão da adoção, que era o assunto proibido. Anita tinha muito medo do escuro, das situações novas, o que combinava com o temor de encontrar algo proibido e perigoso a cada passo. Se não havia, da parte dos pais, permissão para explorar, então o desconhecido deveria ser algo muito assustador. Essa configuração psíquica combinava com as dificuldades escolares. Anita não podia pesquisar e com isso não podia aprender, e isso acabava estendido a todas as áreas de sua vida.

Combinamos o início do tratamento: psicoterapia para Anita e entrevistas com os pais. Coloquei como condição para o atendimento que contassem à filha que era adotada. Eu os ajudaria, por meio de nossas consultas regulares³. Os pais mostraram-se solícitos, e o trabalho começou. Conversamos muito sobre suas fantasias e temores em relação à

2. Nome fictício para preservar a identidade da paciente.

3. Penso que a condição para que os pais contem ao filho que é adotado é imprescindível para que se estabeleça a psicoterapia. O analista não pode trabalhar com o paciente baseado numa inverdade ou com a supressão de uma informação tão importante.

adoção. Tinham muito medo de perder a filha e imaginavam que ela poderia se rebelar e “preferir a mãe biológica”. No fundo, sentiam a adoção como um processo ilegítimo, em função da falta da consanguinidade. A mãe revelou que “sempre achou que não poderia gerar filhos”, o que mostrava questões emocionais primitivas importantes em relação à sua feminilidade. Havia sentimentos inconscientes de rivalidade com a própria mãe, que “eram resolvidos” com a renúncia à sua possibilidade de ser mãe. Por isso temia tanto perder a filha. A maternidade era sentida inconscientemente como uma transgressão. O pai se colocava num papel mais coadjuvante. Sucumbia diante das dúvidas da esposa, com quem também se identificava de algum modo.

Quando se sentiu mais segura, a mãe tomou a iniciativa: por meio de um livro sobre sexualidade para crianças introduziu o assunto de “como nascem os bebês” e contou à filha que “ela tinha vindo da barriga de outra pessoa” (ainda era difícil falar “outra mãe”). Anita ouviu tudo atentamente, e fez uma única pergunta, emocionada: “mas, eu ainda sou sua filha?”. As duas choraram e se abraçaram, e puderam reforçar o sentimento de amor que as unia. A pergunta de Anita tocava fundo naquilo que era o maior fantasma: a possibilidade de dissolução do laço familiar.

Na psicoterapia, foi interessante acompanhar o desenvolvimento da paciente. De início, Anita passava sessões e sessões arrumando um cenário com os bonecos e os móveis da casinha deles, mas ficavam todos estáticos, sem história ou movimento. Não ousava sonhar, fantasiar. Reproduzia no espaço analítico a impossibilidade de transitar pelos meandros do conhecimento de suas emoções. Aos poucos, esse quadro foi amainando, e Anita pôde ousar fazer experiências. Os bonecos se transformaram em personagens que tinham vida, história, conflitos, agressividade, curiosidade. As portas se abriam e com elas o caminho para o desenvolvimento psíquico.

No início, quando falávamos sobre adoção, Anita me olhava como se estivéssemos nos referindo a algo de outro planeta. Ela não sabia o que pensava a respeito. Era algo distante dela. Era mais fácil conversar sobre isso por meio da brincadeira, dos personagens. Como a análise se estendeu por anos, com o tempo foi possível falarmos mais diretamente sobre este tema.

No contato com os pais, no entanto, o assunto da adoção pouco aparecia. Por muitas vezes toquei nesse assunto com eles, e consideramos o quanto era importante que mantivessem um diálogo aberto com a filha a esse respeito. Certo dia, Anita tomou a iniciativa: perguntou à mãe porque precisava fazer terapia, se havia outra menina na sua classe que era adotada e não fazia. A mãe, indignada, respondeu à filha: “Você é uma menina como todas as outras. Não faz diferença se é adotada ou não. E nunca mais vamos falar sobre isso. Esse assunto está encerrado!”.

Podemos ver que havia ainda muita resistência da mãe em encarar seus sentimentos ambivalentes em relação à adoção. Quando Anita se aventurou a trazer o assunto da adoção à baila, a mãe novamente o soterrou, proibindo-a de falar a respeito. Obviamente sua resistência era desconhecida para ela, pois quando me contou esse episódio, a mãe estava orgulhosa de sua reação: achava que tinha reassegurado à filha de que não

era diferente dos outros. Na verdade, como mostra Freud (1925/1980), sua negativa era o indício de que, inconscientemente, as diferenças relacionadas à adoção ainda a perturbavam de modo importante. Para este autor, a negativa pode representar um meio de deixar vir à consciência o que está reprimido, mas não é aceito, desde que esteja precedido por um “não”.

Felizmente, o trabalho analítico com a paciente e a família se estendeu por tempo suficiente para que estas questões pudessem ser tratadas e melhoradas. Ao final da análise, Anita se mostrava mais centrada, sem medo de mostrar o que sentia e o que queria saber. Transitava com mais liberdade pelas diversas áreas de sua vida. A mãe concordou em fazer um processo de psicoterapia pessoal com outro profissional, o que facilitou muito seu desenvolvimento e o da filha. As mudanças ocorridas também afetaram o pai, que se tornou uma figura mais atuante no grupo familiar.

Considerações

Segundo Winnicott (1955/1997), mais do que informações, as crianças precisam de pais confiáveis, que estejam do seu lado na busca da verdade, e que compreendam sua necessidade de viver as emoções apropriadas às situações reais. Elas têm uma capacidade incrível de descobrir os fatos, que são simplesmente aceitos como fatos. O ‘mistério’ pode gerar um problema muito maior, e permite a criação de fantasias perturbadoras.

Quando há uma dificuldade muito grande nos pais com relação à adoção, a curiosidade é sentida como um perigo em potencial, mas seu bloqueio produz um estado de estagnação psíquica com efeitos adversos para toda a família. No caso clínico citado, isso fica claro, por exemplo, na forma com que a paciente montava cenários nos quais não havia ação. Não havia caminho possível para o desenvolvimento. Sua capacidade de aprendizagem e o convívio social ficavam mutilados. Da parte dos pais, havia o temor contínuo de que a história de adoção encoberta viesse à tona com efeitos incontroláveis. Nos bastidores da comunicação havia sempre um segredo pesado a ser sustentado.

O medo de perder o filho inclui muitas vezes a ideia de que, sabendo de sua história, ele irá procurar os genitores. Afinal, quem são ‘os pais verdadeiros’? A insegurança dos pais adotivos não se sustenta na realidade. Os ‘pais verdadeiros’ são aqueles que criam a criança por toda uma vida, que lhe dão seu nome, suas horas de sono, seus valores, seu amor, seus limites e seus cuidados. Em condições normais, o filho não irá questionar sua importância. Sua investigação servirá para que tenha uma noção mais inteira de si mesmo.

Em minha experiência clínica tenho encontrado também grande resistência em alguns adotados em abrir as portas de sua curiosidade, apesar dos movimentos de abertura dos pais. Para estes jovens, tocar em sua história é abrir uma ferida assustadora. Na análise, a curiosidade pode aparecer em relação à figura do analista, sentido inconscien-

temente na transferência como representante das figuras parentais. Nestes casos, respeitar o ritmo de cada um é essencial, para que o impulso à pesquisa ocorra de forma saudável e com uma tensão que possa ser suportada.

A psicanálise tem como pilar principal a busca da verdade de cada um no caminho de um desenvolvimento harmônico. A curiosidade assume um papel fundamental nessa busca. Ela representa uma medida de saúde. No campo da adoção, pode ser perturbadora para todos os membros da família, mas é essencial na constituição de bases verdadeiras. Nosso trabalho, como analistas, é auxiliar a todos neste trajeto precioso que é a apropriação de si mesmo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABADI, D.; LEMA, C. G. **Adopción: del abandono al encuentro**. Buenos Aires: Kargieman, 1989.
- BION, W. O aprender com a experiência. In: _____. **Os elementos da psicanálise**. Tradução Jayme Salomão e Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Zahar, 1966 (Original de 1962). p.11-117.
- DINIZ, J. S. **Este meu filho que eu não tive**. Porto: Afrontamento, 1993.
- FREUD, S. Sobre o narcisismo, uma introdução. In: _____. **Obras completas**. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1980 (Original de 1914). v. XIV. p. 293-300.
- _____. A negativa. In: _____. **Obras completas**. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1980 (Original de 1925). v. XIX. p. 293-300.
- GARMA, E. G., GARMA, A.; GRECO, N.; LOPEZ, C. M. M. **Más allá de la adopción**. Buenos Aires: Epsilon, 1985.
- GIBERTI, E. **La adopción**. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.
- GRINBERG, R. La adopción y la cesión: dos migraciones específicas. **Psicoanálisis**, Buenos Aires, v. 4, n. 1, p. 28-44, 1982.
- HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2002.
- KLEIN, M. O desenvolvimento de uma criança. In: _____. **Contribuições à psicanálise**. Tradução Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1981 (Original de 1921). p.15-85.
- _____. Primeiras fases do Complexo de Édipo. In: _____. **Contribuições à psicanálise**. Tradução Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1981 (Original de 1928). p. 253-267.
- _____. A importância da formação de símbolos no desenvolvimento do ego. In: _____. **Contribuições à Psicanálise**. Tradução Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1981 (Original de 1930). p. 295-313.
- _____. Inveja e Gratidão. In: _____. **Inveja e gratidão e outros trabalhos (1946-1963)**. Tradução Belinda Mandelbaum. Rio de Janeiro: Imago, 1991 (Original de 1957). p. 205-267.
- LEVINZON, G. K. **A criança adotiva na psicoterapia psicanalítica**. São Paulo: Escuta, 1999.
- _____. **Adoção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

- _____. **Tornando-se pais: a adoção em todos os seus passos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014a.
- _____. La adopción en la clínica psicoanalítica, el trabajo con los padres adoptivos. In: ROTENBERG, E.; WAINER, B. A. (Org.). **Adopciones: cambios y complejidades, nuevos aportes.** Buenos Aires: Lugar Editorial, 2014b. p. 83-97.
- _____. Adoção e transmissão psíquica. In: LEVISKY, R. B.; GOMES, I. C.; FERNANDES, M. I. A. (Org.). **Diálogos psicanalíticos sobre família e casal.** São Paulo: Zagodoni, 2014c, p. 109-122.
- LIFTON, B. J. **Journey of the adopted self: a quest for wholeness.** New York: Basic Books, 1994.
- MATTEI, J. F. **Le chemin de l'adoption.** Paris: Éditions Albin Michel, 1997.
- MACDONNELL, M. I. Algunas reflexiones sobre la adopción. **Revista de Psicoanálisis Argentina**, v. 38, n. 1, p. 105-121, 1981.
- SCHECHTER, M. D. Observations on adopted children. **Archives of General Psychiatry**, v. 3, n.1, p. 21-32, 1964.
- TRISELIOTIS, J. **In search of origins.** London: Routledge & Kegan Paul, 1973.
- WIEDER, H. On being told of adoption. **Psychoanalytic Quarterly**, v. 46, n. 1, p. 1-22, 1977.
- _____. On when and whether to disclose about adoption. **Journal of the American Psychoanalytic Association**, v. 26, n. 4, p. 793-811, 1978.
- WINNICOTT, D. W. A adolescência das crianças adotadas. In: SHEFERD, R. D. W. Winnicott, **Pensando sobre crianças.** Tradução Maria Adriana V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997 (Original de 1955), p. 131-140.
- WOILER, E. **A condição afetivo-emocional da criança adotada: concessões na aprendizagem, em especial na aprendizagem escolar.** São Paulo, 1987. 263 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

RESUMO

Este artigo aborda o tema da curiosidade no universo da adoção. São ressaltados os aspectos que indicam saúde psíquica, assim como aqueles que denotam um bloqueio de recursos pessoais essenciais ligados à busca de conhecimento. As angústias dos pais adotivos, seu medo de perder o filho, suas dificuldades em relação a viver o luto de sua esterilidade ou de reconhecer as diferenças entre eles e a criança, entre outras, podem levá-los a desestimular o adotado a pesquisar sua história. Da mesma forma, este último pode apresentar resistências a fazê-lo em função das dores inerentes a este processo. A possibilidade de sentir e de expressar curiosidade é considerada uma medida de saúde mental, especialmente na criança ou adolescente adotados, que têm diante de si a tarefa de construir um sentimento de identidade sólido apesar das lacunas e traumas vividos. É apresentado um caso clínico, no qual havia por parte dos pais intensa dificuldade em contar à filha que ela era adotada, o que resultava em prejuízos importantes no seu desenvolvimento. O trabalho psicanalítico com a criança e o acompanhamento regular em consultas com os pais permitiram que fosse retomado o caminho para o crescimento.

PALAVRAS-CHAVE: curiosidade, adoção, pais adotivos, psicoterapia psicanalítica, dificuldades de aprendizagem.

DATA DE RECEBIMENTO: 16/02/2015

DATA DE ACEITAÇÃO: 23/03/2015



Gina Khafif Levinzon

Psicanalista, membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, Doutora em Psicologia Clínica-USP, professora do Curso de Especialização em Psicoterapia Psicanalítica CEPsi-UNIP, São Paulo, Brasil.

ginalevinzon@gmail.com

Crianças, jovens e suas famílias nas esquadrias da epidemia do HIV/AIDS

Elizabete Franco Cruz

Neste texto, tenho como objetivo problematizar algumas questões que formam um conjunto de fios temáticos: AIDS, infâncias, juventudes, casas de apoio, famílias. Assuntos que interagem como fios que se entrelaçam quando vivemos os desafios de uma epidemia como a AIDS.

Retomo algumas ideias sobre AIDS, infância e juventude¹, que já apresentei noutras oportunidades (Cruz, 2005; Cruz, 2007) e que são relevantes para a compreensão do debate que aqui desenvolvo. Posteriormente, apresento comentários sobre alguns dos resultados de uma pesquisa que realizei sobre institucionalização e desinstitucionalização de crianças e jovens com AIDS².



FOTO Leo Lopes

1. Em trabalhos anteriores, usei o termo adolescente (ver Cruz, 2005). Há uma discussão teórica a este respeito, mas no escopo deste artigo não adentrarei neste debate. Quando falo dos jovens que viveram em instituições, estou falando de pessoas até 18 anos (adolescentes) e quando digo que, na atualidade, a epidemia aumenta entre os jovens, me refiro a pessoas até 29 anos.

2. 'Direitos Humanos e a (des)institucionalização de crianças e jovens vivendo com HIV AIDS em São Paulo', realizada no período de 2009 a 2011, com apoio da FAPESP.

A AIDS confere um enquadre específico para os temas que aqui menciono. Contudo, cabe lembrar que tais temas também têm suas esquadrias, ou seja, falamos de um entrelaçamento de temas, que são conceitos produzidos, inventados nos emaranhados de ‘saberes e relações de poder’, produzindo aquilo que podemos pensar como a ‘verdade’ do que sabemos e conhecemos.

Foucault (2004) utiliza o conceito de “regimes de verdade” para mostrar que a verdade não é algo dado, que existe por si só e está ali para ser revelada. Para o autor, a verdade é algo produzido a partir de relações de saber e poder.

Ao abordar as temáticas deste texto, deixo o convite para (re)pensar os conceitos que usamos, os referenciais que nos sustentam quando decidimos abordá-las no âmbito teórico-prático. Especialmente, o convite para não naturalizar o que sabemos e vemos, mas sim para nos colocarmos sempre sob rasura. Pensar em nossos saberes como provisórios desestabiliza um lugar de saber-poder, que, às vezes, nos sustenta. Por outro lado, pode nos ajudar a construir as respostas que buscamos e que nem sempre encontramos quando nos agarramos às certezas que já temos.

Neste sentido, fundamental para quem trabalha nesta área é se perguntar: quais as minhas concepções de AIDS, infância, juventude, família, instituição? Como sei o que sei? Possivelmente, tais respostas passarão por experiências pessoais e familiares, experiências profissionais e/ou por um repertório teórico fundamentado em algumas áreas de conhecimento, como a psicologia, pediatria, medicina, pedagogia, direito etc.

Nos diferentes saberes, teorias são construídas para explicar quem são crianças, adolescentes, jovens e famílias. A ‘verdade’ sobre pessoas e fenômenos é produzida, socializada, reverberada, chancelada.

No caso das crianças, por exemplo, a maioria dos profissionais tenderá a descrever estágios de desenvolvimento (corporal, cognitivo, afetivo, social). Não se trata de dizer que tais estágios não existem, mas sim de localizar qual a condição de produção da existência deste discurso sobre a criança e como ele impacta nossas concepções e ações. Teorias pressupõem a universalização. Todas as crianças passarão pelos estágios de desenvolvimento 1, 2, 3 e poderão ser explicadas pelas teorias x, y ou z. Será? Como tais teorias foram produzidas? Em que tempo histórico, com que relações de saber-poder? Este debate também se estende à discussão sobre adolescência, juventude, velhice. Por que a fixidez de categorias que definem quem se é, o que se pode (ou não) ser em cada faixa etária?

O pensamento foucaultiano, aliado aos estudos culturais e ao pós-estruturalismo, nos ajuda a colocar aquilo que tomamos como verdade no lugar de discursos produzidos sobre aquilo que examinamos, e a perceber que as teorias não somente descrevem sujeitos, mas também os produzem – e os governam.

Esta perspectiva contribui ainda para que percebamos que nós próprios fazemos parte deste processo discursivo e que naquilo que pensamos e fazemos há as marcas das discursividades que nos habitam. Cabe dizer que não há um “dentro e fora” da teia discursiva: todos estamos dentro.

Neste sentido, crianças e jovens vivendo com AIDS existem e são produzidos a partir de um conjunto de discursos e dispositivos que os produzem.

No contexto da AIDS, produzem-se, então, regimes de verdade pautados na produção de pesquisas, livros, ONGs, políticas públicas, matérias de jornais, casas de apoio, jogos, métodos de prevenção etc. Esse sujeito, “o portador”, passa a ser subjetivado por todo um conjunto de saberes – do cotidiano das pessoas vivendo com AIDS, faz parte um sofisticado vocabulário médico-científico (CD4, carga viral, genotipagem, adesão), jurídico (representação junto ao Ministério Público contra o Estado para obtenção de medicamentos, licença compulsória, patentes), social (vulnerabilidade), político (direitos humanos, ativismo etc.). Nas tessituras desse conjunto de saberes, estabelecem-se relações de poder e resistência. Por exemplo, enquanto médicos, psicólogos, governantes, pesquisadores descrevem “as pessoas portadoras de HIV/AIDS”, elas se organizam para dizer “eu portador”. O(a) portador(a) é, assim, ‘um outro’ descrito por soronegativos e um ‘eu’ descrito por soropositivos (Cruz, 2005, p.84-85).

A observação desta dimensão é que nos permite ficar sob rasura, tomar como provisório, não universal e não fixo, aquilo que podemos fazer e pensar e, mais que isto, é esta percepção que pode nos ajudar a buscar linhas de fuga, resistências diante daquilo que queremos transformar.

AIDS, infâncias e juventudes

A AIDS é uma epidemia com mais de 30 anos, que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, trazendo muitas dores, perdas, aprendizados e desafios para as políticas públicas e para a sociedade, especialmente em setores como saúde, educação, seguridade social ou trabalho.

A infecção pelo vírus HIV, mais do que se reduzir apenas à dimensão da presença de um vírus em um organismo, configurou-se como uma complexa relação de elementos socio-culturais, principalmente ligados à sexualidade e relações de gênero. Além disso, fatores como raça/etnia, geração ou classe são preponderantes para os desenhos da epidemia e suas leituras.

Muito já foi dito sobre a AIDS, desde a fragilidade das concepções que a alocaram em grupos de risco, ou que atribuem a infecção a comportamentos de risco, até chegarmos

no momento atual, no qual, para entender a epidemia, o quadro da vulnerabilidade e dos direitos humanos pode oferecer subsídios. Neste texto, recorto o olhar para a dimensão da infância e juventude afetada pela epidemia da AIDS.

O primeiro caso de AIDS em crianças no Brasil foi identificado na década de 1980. Naquele tempo, várias famílias (pai/mãe/avós) enfrentavam dificuldades para cuidar das crianças e a perspectiva é que elas morreriam. A resposta oferecida pela sociedade civil (e apoiada pelas políticas públicas) foi a criação de casas de apoio, que abrigassem as crianças até sua morte. O advento da terapia antirretroviral, denominada popularmente de “coquetel”, transformou esta realidade porque adultos, jovens e crianças – que antes tinham a morte como sina – começaram a sobreviver (e viver).

Esse contexto foi bem recebido pelas instituições que abrigavam crianças, mas trouxe a questão que, nas décadas de 1990 e 2000, tocava muitos dos envolvidos com esta pauta: as crianças cresceram, e agora? O que fazer, como fazer, tanto no âmbito da sexualidade, como na construção de perspectivas de vida fora dos abrigos? (Abadia-Barrero, 2002; Cruz, 2005).

Casas de apoio aparecem como resposta social a partir daquilo que se identifica como a necessidade das crianças. Contudo, quem define essas necessidades? A partir de que elementos?

A resposta comunitária foi muito corajosa, mas a alternativa apresentada não estava descolada das concepções de infância e do que historicamente foi concebido como atendimento adequado para a infância pobre e doente. A resposta comunitária estava ancorada em três fios: atendimento da infância pobre em instituições, conceito de família e lugar social da diferença (Cruz, 2005).

Isto quer dizer que pensar instituições de apoio para crianças e jovens com AIDS está associado a concepções de que existe uma família ideal e que ela é pautada em um modelo nuclear (pai, mãe, filhos), saudável, com condições econômicas e sociais também idealizadas e consideradas adequadas para a educação de crianças. A família real, com suas pluralidades e fragilidades, na medida em que não atende a este ideal, é desvalorizada e desqualificada. No caso da AIDS, agrega-se o fato de que tanto crianças e jovens como famílias carregam o estigma e discriminação associados ao HIV/AIDS.

Hoje o preconceito é acirrado, mas quando surgiram as primeiras casas de apoio – no final da década de 1980, início da década de 1990 –, o preconceito em relação aos portadores de HIV/AIDS era ainda maior. E a AIDS configurava-se como uma ameaça de morte; neste sentido, os portadores do HIV eram vistos como “diferentes”. E o que fazer com aqueles que são diferentes? A criação de um lugar específico para quem tem AIDS, ao mesmo tempo em que se configurou como apoio, também revelou o modo que a sociedade tem para lidar com a diferença (criando espaços específicos e por vezes isolados).³

3. Este debate é explorado com mais detalhes em Cruz (2005).

A infância que se produziu nos discursos deste período é aquela que não seria (em decorrência da morte) e a juventude é a que viria a ser (porque ao jovem caberia o futuro). Por isso, naquele momento da epidemia (e ainda hoje), há dificuldade para lidar com o jovem no tempo presente, com as exigências de vida, liberdade e desejo que os jovens, como qualquer pessoa, podem trazer (Cruz, 2005).

Há uma dinamicidade na epidemia da AIDS, e o que acontecia nas décadas de 1980 e 1990 não é exatamente o mesmo que acontece nesta década. Felizmente, menos crianças nascem com HIV e, portanto, temos um número menor de jovens que são portadores do HIV/AIDS através da transmissão vertical. Entretanto, ainda temos crianças e jovens em abrigos e, infelizmente, a AIDS aumenta entre jovens, especialmente entre jovens gays.

França Junior, Doring e Stella (2006) desenham um quadro da epidemia que permanece atual.

[...] A resposta brasileira, até o momento, é limitada à assistência médica para crianças e adolescentes portadores do HIV/AIDS, ao combate à transmissão vertical do HIV e ao financiamento da instalação e manutenção de casas de apoio (abrigos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente) para infectados afetados, órfãos ou não. Essas medidas são insuficientes para garantir um ambiente de apoio para órfãos, crianças e adolescentes infectados ou afetados pelo HIV/AIDS (França Junior, Doring, Stella, 2006, p. 23).

Vale agregar que, na atualidade, temos muitos jovens infectados pelo HIV através de transmissão sexual e/ou uso de drogas e que há fragilidade no âmbito das políticas públicas voltadas para o apoio da juventude com HIV/AIDS. No contexto da assistência, muitos profissionais de equipe interdisciplinar buscam contemplar a dimensão biopsicossocial, contudo, a visão que ainda prevalece no campo da atenção é predominantemente biomédica, o que restringe o olhar para uma perspectiva de saúde integral.

Institucionalização e desinstitucionalização

Realizei uma pesquisa na qual busquei cartografar histórias de vida, conhecer o percurso que levou crianças e jovens à institucionalização e desinstitucionalização⁴. Observei que, no decorrer da epidemia da AIDS, dificuldades familiares, concepções de família e infância das instituições envolvidas, falecimento dos pais, abandono e adoecimento são fatores que levaram crianças e jovens à institucionalização.

4. A pesquisa é um estudo qualitativo realizado no período de 2009 a 2011. Os procedimentos metodológicos envolveram: a) 15 entrevistas (crianças, jovens, adultos); b) análise de 22 prontuários; c) três visitas domiciliares. A maioria dos trabalhos acadêmicos nesta área aborda a institucionalização e me interessa pensar também elementos que contribuíram para a desinstitucionalização de crianças e jovens, tomando como referência duas casas de apoio de São Paulo.

A desinstitucionalização esteve ligada à adoção das crianças ou jovens, à busca que algumas instituições fizeram por membros da família, ao oferecimento de suporte à família que pretendia ficar com a criança e à chegada dos jovens à maioridade (este fator foi preponderante para que a questão da desinstitucionalização ganhasse destaque).

Relato a seguir duas histórias que foram cartografadas ao longo da pesquisa. Uma a partir dos prontuários de uma casa de apoio⁵, e outra a partir de entrevistas com profissionais de casas de apoio, com a criança e com sua mãe.

Danilo e Geraldo⁶

Os irmãos Danilo (2 anos e 4 meses) e Geraldo (19 dias) foram abrigados em 2006, em decorrência da seguinte história: N., mãe dos garotos, é uma mulher que vive com HIV/AIDS. Ela deixou sua amiga A. levar o filho bebê ao banco e a mesma não voltou com o bebê por quatro dias. Preocupada, N. foi à delegacia da mulher registrar o boletim de ocorrência.

A amiga A. retornou com o bebê no mesmo dia e a delegacia chamou o conselho tutelar, que abrigou as crianças e destituiu a mãe do direito à guarda (ou seja, ela foi buscar ajuda porque o bebê desapareceu e perdeu o direito de ficar com os dois filhos).

No prontuário da instituição, observamos relatos do conselho tutelar tal como seguem abaixo.

[...] A Sra. A. foi para a praia levando a criança. A. diz que não teve a intenção de ficar com a criança, pois voltaria no mesmo dia, mas aconteceu alguns problemas e não foi possível retornar. A. também relata que a genitora, antes do nascimento do filho tinha a intenção de doar a criança. A genitora não nega esta intenção, mas diz que depois do nascimento do filho descartou a possibilidade.

A avó materna (sra. Xx) estava acompanhando a filha e os netos. Segundo a avó a genitora cuida bem dos filhos. Questionamos-a quanto a possibilidade de estar levando N. e os filhos para sua casa, mas a mesma diz que trabalha fora, mora com a sogra e que não tem condições. Conversando com a genitora a mesma nos informou que é Soro Positivo (HIV +) e que o bebê já está tomando coquetel (AZT), pois pode também ser Soro Positivo.

5. A pesquisa foi realizada em duas casas de apoio em São Paulo. Fiz um estudo mais detalhado dos prontuários disponíveis numa delas, localizada num município adjacente à cidade de São Paulo. Atende crianças e jovens infectados pelo HIV ou familiares de pessoas com HIV/AIDS. Algumas crianças faleceram, outras foram adotadas e outras permaneceram na instituição até os 18 anos (tempo de permanência de mais de dez anos). Isto levou a instituição a pensar alguns projetos de profissionalização e apoio para estudos. Entretanto, também é desafiadora a construção de horizontes após longo período de institucionalização e fragilidade de vínculos familiares. Na época da pesquisa, a instituição atendia em média 25 crianças e jovens.

6. Os nomes são fictícios.

[...] este conselho tutelar... vem mui respeitosa recambiar os infantes [...]

[...] A delegada nos informou que a genitora N. emprestou seu filho para a amiga [...]

[...] O bebê até o exato momento não tem Certidão de Nascimento e a família reside [...] sendo que a genitora nos forneceu dois números o número 133 no Conselho Tutelar e 183, na Delegacia da Mulher.

O conselho tutelar conduziu a família para nossa sede onde abrigamos o recém nascido e D. para proteção das crianças devido a passar das 17 horas [...] (anotações extraídas dos prontuários)

Alguns juízes temem a chamada adoção à brasileira (na qual os pais adotivos registram a criança como se fossem os pais biológicos). Pela ausência de registro da criança e pelo fato de a amiga ter dito que a mãe pensou em doar o bebê, o conselho tutelar e a delegacia podem ter suspeitado desta história. Uma das entrevistadas é advogada e explica a lógica da Justiça.

[...] a juíza barra por entender que trata-se de uma tentativa de adoção à brasileira e enganação da genitora, que é pessoa humilde e com poucos esclarecimentos. Logo, na dúvida, coloca a criança a salvo no Abrigo-CCI e investiga melhor com o acompanhamento da instituição [...] (trecho da entrevista com advogada).

Podemos entender a preocupação da Justiça, mas é preciso notar que uma pessoa procurou a delegacia para recuperar seu filho desaparecido e, como resultado, obteve a perda da guarda de seus filhos. Apesar dos “erros” cometidos pela mãe, tais como informar dois números de moradia e depois de 20 dias não ter registrado o bebê, haveria motivo suficiente para retirar a guarda das crianças? Será que, em casos como este, o abrigo era realmente necessário? O conselho tutelar não poderia apoiar por um período as crianças e a mãe, certificando-se que a mesma iria registrar a criança?

Destaco o lugar de “objeto” da criança nesta discursividade: “recambiar, emprestar”. E o lugar da mãe não é explicitado na fala, mas está implícito no contexto: ou ela é “incompetente” ou “tem má-fé”. E a amiga, de algum modo, é preservada: “demorou porque teve alguns problemas...”

A ambivalência afetiva (querer e não querer o bebê) é uma dimensão psicológica que pode ser observada no decorrer da gestação. Será que este sentimento não poderia estar presente em uma mulher pobre e soropositiva? Não se trata de tutela, piedade ou condescendência, mas sim de entender a subjetividade humana com uma postura menos moralizadora. Não sei ao certo como surge a palavra “emprestar”, mas assim foi

registrada na delegacia. Se a mãe não quisesse o bebê, teria ido à sua busca? Se a busca por si só não garante o interesse, ela declara que mudou de ideia, a avó diz que ela (a mãe) cuida das crianças e, ainda assim, perde a guarda dos dois filhos.

Lendo o prontuário, percebo que a instituição teve um papel importante na recuperação da guarda e na “pequena”⁷ permanência no abrigo. A instituição valorizou as visitas da mãe, recomendou que a mesma recebesse apoio social e sinalizou a volta para a família. Acompanhei essa instituição há alguns anos e penso que isso pôde acontecer porque a instituição tem revisitado sua perspectiva sobre família, repensado seu papel.

Podemos construir muitas narrativas sobre os mesmos fatos. Podemos olhar para esta mãe pelas suas “faltas”: deixar a criança com amiga, ter HIV, ser pobre, não ter registrado o bebê, ter pensado em dar o bebê para alguém, ou pela lente das suas possibilidades e dificuldades: ela se mobilizou para encontrar o bebê, ficou preocupada, está com HIV, tem dificuldades financeiras, duas crianças pequenas para cuidar, dar o bebê poderia ser um modo de garantir que a criança receba cuidados etc. Narrativas diferentes também podem ser construídas sobre os abrigos, as delegacias e os conselhos tutelares, mas fica a pergunta: neste caso, como foram concebidas as crianças e suas necessidades? Como foram concebidas a família e as instituições? Que formação pessoas e instituições precisam ter para realizar trabalhos deste escopo?

Na resposta a estas questões, temos muitas dimensões e muitas possíveis respostas. Convido a pensarmos em alguns pontos. A terminologia utilizada mostra que a criança foi concebida como objeto e sua necessidade compreendida a partir de uma perspectiva moralizadora em relação à mãe. Talvez, ao invés da institucionalização, fosse possível um trabalho com a mãe e a avó para fortalecer as condições de cuidado das crianças no âmbito da família. O abrigo ajudou na desinstitucionalização justamente porque trabalhou com as potencialidades da família.

A formação profissional que penso como ideal deve estimular não somente a formação escolar/acadêmica como também a formação continuada mesmo para profissionais que têm nível superior. Nesta formação, é preciso incluir leituras e discussões de textos atualizados, problematizadores dos conceitos-chaves envolvidos no trabalho. É relevante também pensar um processo de supervisão e/ou de discussão de “casos” e construção de projetos de trabalho. Vale lembrar que é importante incluir a dimensão afetiva, pois vínculos são criados, existem múltiplos sentimentos que emergem no cuidado com as crianças, os jovens, as famílias e com situações que envolvem vulnerabilidades, desamparo, fragilidades de alternativas. Em síntese, a formação precisa ser continuada e contemplar dimensões teóricas, práticas, éticas, políticas, afetivas.

7. “Pequena” diante de institucionalizações que demoram 13 ou 14 anos. Entretanto, fica a reflexão: o que significa para uma mãe que está buscando os filhos ser separada das crianças por mais de 70 dias?

M. descobriu que era soropositiva com 22 anos. Quando seu marido adoeceu trabalhava como empregada doméstica e, a pedido de sua patroa, realizou o exame. A confirmação do diagnóstico positivo para o HIV fez com que fosse demitida.

Nesse mesmo período, descobriu que Letícia, sua filha, também estava infectada pelo HIV. Ficou muito triste, porque havia realizado o pré-natal corretamente, mas, no terceiro trimestre, não solicitaram a realização do exame para investigar presença do HIV.

No bairro em que residia, por intermédio de um pedido de ajuda que sua mãe fez para a Igreja, muitas pessoas souberam da sua soropositividade. As pessoas do bairro e do prédio em que morava fizeram um abaixo-assinado, pedindo que mudasse dali. Ela não encontrava quem cuidasse da criança para que ela pudesse trabalhar.

Sem alternativas, buscou a instituição para cuidar de Letícia – que ali permanecia na semana, recebendo visitas no fim de semana. Para M., a instituição tem o sentido de escola que ajudou a cuidar de sua filha, que lá permaneceu por volta de três anos. No diário de campo, fiz o seguinte relato sobre a visita domiciliar.

Recebem a pesquisadora com carinho, convidam para o almoço. Quando o tema da AIDS surge, Letícia corre para fechar as janelas. Mãe e filha pedem que nos dirijamos ao fundo da casa, que tem chão de concreto. Fechamos as portas. Aí sim, elas podem falar à vontade sobre a AIDS. (relato de visita domiciliar - diário de campo)

Quando da realização da entrevista e visita domiciliar, ambas moravam com uma companheira da mãe em uma “ocupação” em região pobre da cidade de São Paulo. A mãe cuidava do próprio tratamento e do tratamento da filha. Entretanto, a filha não queria tomar remédios. A mãe, ainda que tenha realizado corretamente o pré-natal, sentia-se culpada. Aos 11 anos, Letícia não via muitas perspectivas. Não tinha coragem de contar para nenhum amigo(a) que tem HIV. Quando indagada sobre a AIDS, chorava intensamente: “É muito ruim ter isso”.

Neste caso, a institucionalização ofereceu oportunidade para que a mãe se reestruturasse e pudesse receber de volta sua filha, vivendo em uma família. O retorno aconteceu porque a instituição fez o movimento de retomar o processo de convivência familiar da criança. Juntas estão felizes. O desafio ainda é continuar a viver com medo, fechando as janelas para a sociedade preconceituosa.

Este caso, que se mostrou uma possibilidade de desinstitucionalização/suporte familiar, infelizmente é exemplar no sentido de promover a reflexão sobre os profundos sentidos das falhas no sistema de saúde. A mãe relata que fez o pré-natal, mas não pediram o exame para identificação do HIV no terceiro trimestre da gestação. E a menina nasceu após 1996, ano em que o protocolo da profilaxia para transmissão vertical já estava disponível no país.

Na atualidade, ainda nascem crianças com HIV no Brasil e, considerando que existe a possibilidade de prevenção, este fato é bastante grave. Excelente que tenhamos diminuído os índices da transmissão vertical, mas o caso de Letícia mostra o quão difícil pode ser para uma criança viver com HIV. É preciso – e possível – que nenhuma criança nasça com AIDS.

Poderia ainda citar muitas outras histórias e trajetórias. Estas duas histórias encontraram caminhos para desinstitucionalização e, considerando os relatos e processos, fica visível que as instituições tiveram um papel importante na desinstitucionalização, e só puderam agir assim porque apresentaram abertura para repensar concepções de infância e família e da própria instituição.

Entretanto, trajetórias assim coexistem com vidas que têm outros percursos. Instituições que, mesmo sem querer ou perceber, fazem julgamento moral da família (que, pela pobreza ou pelo modo como estabelece vínculos, é considerada inadequada para cuidar), famílias que efetivamente não têm condições de cuidar, crianças cujas referências familiares não são encontradas, famílias que acreditam que a instituição cuida melhor.

Abrir portas e janelas

Os processos de institucionalização, desinstitucionalização e relações familiares vividos por crianças e jovens com HIV/AIDS encontram similitude com os processos experienciados por qualquer criança que, por algum motivo, tenha sido institucionalizada (violência, abandono etc.). Entretanto, a infecção pelo HIV/AIDS agrega um elemento substancial em termos de tratamento, perspectivas de vida e possibilidades de adoção, principalmente pela questão do estigma e discriminação. Não é a mesma coisa ser uma criança que mora no abrigo e ser uma criança que mora no abrigo e tem AIDS, especialmente considerando o preconceito que existe em relação às pessoas que tem HIV/AIDS.

Observei ainda que a instituição tem múltiplos sentidos para os diferentes sujeitos envolvidos no processo, podendo se configurar como substituta da família, colégio, espaço de apoio e cuidado, local de restrições, local de possibilidades. O que se percebe é que é preciso tomar cuidado com definições consensuais – por exemplo, que a instituição é benéfica, “mal menor”, e espaço de garantia de direitos humanos. Ou, por outro lado, colocar a família como vilã, ou como incompetente para cuidar da criança ou jovem, ou como local idealizado e porto seguro. É preciso observar que a institucionalização é algo complexo, com vários matizes. Pontos de destaque desta reflexão são a reprodução de um modelo assistencialista para o cuidado de crianças pobres e doentes e as concepções de família capturadas pelo modelo de família nuclear – que conferem um lugar idealizado para a maternidade e, conseqüentemente, implicam forte culpabilização das mulheres que enfrentam desafios nos processos de cuidado com os/as filhos/as.

O balanço que consigo fazer é que há uma delicadeza na tessitura destes saberes e vários afetos, responsabilidades e incertezas envolvidos. E o mais importante: existem vidas e histórias de vida em jogo nos processos de decisão. Por isso, ao invés de formulações

de prescrições universais e fixas (a instituição é melhor, a família é melhor), o que precisamos fazer é desenvolver a capacidade de ouvir, observar, perceber os movimentos e fluidez dos vínculos e, junto com as pessoas envolvidas (inclusive as crianças e jovens), construir os caminhos para que a história da criança e dos jovens seja escrita com sua participação e ancorada no arcabouço do cuidado, proteção e da garantia de direitos. Mais do que isto, podemos voltar ao início do que argumentei neste texto e pensar se somos capazes de interpelar e desconstruir nossas verdades e ainda lidar com a alteridade e com os diferentes sentidos e produções discursivas, inclusive a respeito de o que é cuidado, proteção e garantia de direitos.

É preciso observar que, nesta teia, as relações são também relações de poder e que existe governamento e regulação da população⁸ (Foucault, 2003). Cabe ainda estarmos atentos para os elementos que nos põem a rodar, numa maquinaria nem sempre visível, para fazermos muitas vezes mais do mesmo, pensando que fazemos “o novo” ou “o melhor”.

Fecho este texto com a vivência que me tocou profundamente, a imagem da menina negra, angustiada, pulando rapidamente para fechar a janela e o choro de tristeza por viver com HIV. Esta imagem, se por um lado reflete o mundo interno da casa, reflete também o que está para fora dali. Janelas e portas fechadas falam muito mais de todos nós que habitamos este mundo do que daqueles que nomeamos como outros e sentem que precisam fechar as janelas para se proteger desse mundo. O caminho para a transformação desta imagem/realidade passa necessariamente pela construção das possibilidades de resistir e transformar o fascismo cotidiano que se apresenta traduzido como estigma e discriminação. Tal construção tem como trilha a desconstrução da fixidez das identidades e da colocação do “outro”, da diferença, como anormalidade ou problema. Na concepção foucaultiana de poder, a resistência tem um papel importante. Precisamos resistir e persistir no enfrentamento do preconceito, na busca de um mundo capaz de abrir janelas e portas. E quem sabe até possamos chegar à questão de por que, afinal, inventamos as paredes?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADIA-BARRERO, C. E. Crianças vivendo com HIV e casas de apoio em São Paulo: cultura, experiências e contexto domiciliar. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 6, n. 11, p. 55-70, ago. 2002.

BUJES, M. I. E. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CRUZ, E. **Espelhos d'AIDS: infâncias e adolescências nas tessituras da AIDS**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. Infâncias, adolescências e AIDS. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 363-84, dez. 2007.

8. Governamento, população, relações de poder, produção do sujeito, fascismo, são ideias que podem ser encontradas em várias obras de Foucault, como, por exemplo, Foucault 2002, 2003, 2004a e 2004b. Sobre governamento da infância, ver Bujes, 2003.

FOUCAULT, M. **Os anormais**: curso no Collège de France. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução Roberto Machado. 20. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004a.

_____. **Por uma vida não fascista**. Organização Coletivo Sabotagem. Edição Virtual, 2004b.

FRANÇA JUNIOR, I.; DORING, M.; STELLA, I. M. Crianças órfãs e vulneráveis pelo HIV no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 40 (Supl.), p. 23-30, abr. 2006.

RESUMO

Este artigo problematiza a questão de crianças e jovens vivendo com HIV/AIDS. O texto aponta o impacto negativo que o estigma e a discriminação em relação a AIDS trazem para vida das crianças e jovens e a necessidade de enfrentamento desta dimensão. Debate a institucionalização e desinstitucionalização a partir de uma perspectiva teórica baseada em Foucault, nos estudos culturais e pós-estruturalismo, sinalizando a necessidade de repensarmos os regimes de verdade que sustentam conceitos de infância, juventude, família, instituição e AIDS para, conseqüentemente, mudar as práticas neste campo.

PALAVRAS-CHAVE: AIDS, infância, juventude, casas de apoio, família.

DATA DE RECEBIMENTO: 18/04/2015

DATA DE ACEITAÇÃO: 20/05/2015



Elizabete Franco Cruz

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social, Doutora em Educação. Professora do Curso de Obstetrícia e do Mestrado em Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Brasil.

betefranco@usp.br

A violência contra jovens no Brasil: com a participação do Estado?

ENTREVISTA DE

Heloisa Dias Bezerra

COM Dijaci David de Oliveira



FOTO Basquiat

Heloisa Bezerra: Fale um pouco sobre a sua formação e sua história pessoal, como você começou a se interessar pela temática da violência contra jovens?

Dijaci Oliveira: Eu sou sociólogo e fiz a minha tese de doutorado sobre o desaparecimento de pessoas, passando por temas como direitos humanos, segurança pública e, sobretudo, a violência policial e a violência contra jovens. Sempre trabalhei com o desaparecimento de pessoas. Nos últimos tempos, eu comecei a notar, particularmente aqui no estado de Goiás, denúncias muito fortes sobre o desaparecimento forçado de jovens que não são investigadas porque boa parte da sociedade tem uma indisposição muito veemente contra os jovens, ao mesmo tempo que se queixa da violência contra eles. Essas contradições me levaram ao debate sobre o problema da redução da maioria penal.

Heloisa Bezerra: Na sua tese de doutorado você já trabalhava com juventude?

Dijaci Oliveira: Quando trabalhei com o desaparecimento de pessoas, eu constatei que no Brasil existe um preconceito arraigado contra os jovens. Por exemplo, no caso de adolescentes, toda vez que as mães chegavam às delegacias para relatar o desaparecimento de um filho, os policiais diziam: “Ah, não vamos perder tempo com eles não”. Então, dá para perceber que há um discurso fortíssimo dentro da polícia de que o jovem é irresponsável, que ele desaparece porque resolveu sair para uma festinha, que não está nem aí pra família. Mas nós percebemos, na pesquisa do doutorado, um alto índice de desaparecimento de pessoas na adolescência, principalmente mulheres. O desaparecimento de garotas entre 12 e 15 anos, certamente relacionado à exploração sexual dessas adolescentes, chega a quase 40% do total de desaparecimentos. No Pará, a polícia constatou que elas desapareciam de suas cidades, eram levadas para municípios próximos, presas em prostíbulos durante meses ou anos, dois, três anos, depois reapareciam em outras cidades, abandonadas.

- Heloisa Bezerra:** Tem aí uma questão de gênero, além da faixa etária: não é qualquer desaparecimento, são os sujeitos mais vulneráveis.
- Dijaci Oliveira:** Agora, aqui no estado de Goiás, a gente percebeu não somente a prática do desaparecimento, mas também a da violência letal contra os jovens.
- Heloisa Bezerra:** Nos últimos anos, a sociedade brasileira viu crescer significativamente o número de homicídios de jovens, especialmente daqueles oriundos das famílias de baixa renda, negros ou pardos. A que se deve essa situação?
- Dijaci Oliveira:** Houve uma redução das mortes em geral no Brasil. Quando a gente pega os dados, percebe que as chamadas mortes “naturais” foram reduzidas, pois melhorou o sistema de saúde, saneamento, habitação. Mas, por outro lado, houve um aumento das mortes chamadas violentas ou de causas externas, homicídios, suicídios, acidentes de trânsito. E com algumas características incômodas. Quem é que está morrendo? São os jovens da periferia, são jovens pobres, negros. Só para se ter uma ideia, nos últimos 20 anos, o número de homicídios de jovens negros dobrou em relação ao de jovens brancos. Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho não os acolhe, os espaços culturais não os atendem e há, de fato, uma incidência muito significativa de mortes violentas entre jovens da periferia.
- Heloisa Bezerra:** Você está falando do crescimento do número de mortes entre jovens em um segmento muito específico, de jovens de famílias de baixa renda. Tem aí um corte econômico e também racial?
- Dijaci Oliveira:** Sim, quando a gente observa quem são esses jovens, vê que, de fato, há um recorte racial, muito significativo, de mortes de jovens negros e de baixa renda. A gente vê que realmente quem está morrendo são os jovens pobres e negros, vítimas de violência por armas de fogo. Os negros ainda estão longe dos direitos dados aos brancos.
- Heloisa Bezerra:** Você está dando destaque a um tipo de homicídio envolvendo armas de fogo.
- Dijaci Oliveira:** Há homicídios cometidos com uso de facas, pedras, espancamentos, diversas formas de violência física. Mas, no Brasil, a maior parte dos homicídios envolve o uso de armas de fogo. E o segmento jovem está muito envolvido com o uso de arma de fogo. Pensa bem, em um conflito, se uma pessoa tem uma arma de fogo em casa, vai lá, pega a arma e pronto. Se não tem a arma, principalmente em casa, aumenta a probabilidade do conflito não resultar em morte.
- Heloisa Bezerra:** Então, há mais homicídio por arma de fogo do que outras ocorrências.
- Dijaci Oliveira:** Realmente, as mortes por arma de fogo estão superando até mesmo os acidentes de carro. E os jovens são as vítimas potenciais.
- Heloisa Bezerra:** Quem são os principais autores dessas mortes? As vítimas são essas pessoas vulneráveis, jovens de baixa renda, negros?
- Dijaci Oliveira:** Nós temos os jovens como vítimas e os jovens como autores. Aí vem aquela pergunta bem capciosa: se os jovens são os maiores perpetradores, então evidentemente que os jovens são perigosos. Não, isto não é fato, os jovens são as vítimas. Os dados estatísticos mostram que a maior incidência de violência é contra os jovens. Eles são perpe-

dores de violência? Sim, mas é preciso distinguir, pois a taxa de violência entre jovens adolescentes é de cerca de 2% a 3%, mas, no debate sobre a redução da maioria penal, entra tudo na mesma conta, na mesma faixa de classificação: os jovens na faixa etária de 16, 17 anos, são colocados entre os jovens mais velhos, de 18 a 25 anos. No caso de homicídios entre adolescentes, a taxa chega a cair para 1%.

Heloisa Bezerra: Como a polícia e as forças de repressão, em geral, vão aparecer no debate sobre a prática de homicídios contra jovens?

Dijaci Oliveira: Nós temos um modelo de socialização que exige dos jovens uma constante demonstração de força, de virilidade, então, de certo modo, o mundo adulto instiga os jovens a resolverem os conflitos por enfrentamento, com violência. E, quando isto ocorre, o Estado e as forças repressivas, entendem que devem tratar toda forma de conflito também com uso de violência. No estado de Goiás, presenciamos as queixas das mães, especialmente no caso de jovens e adolescentes desaparecidos, de que em vários casos havia indícios de que as forças policiais estavam envolvidas diretamente em ações de violência contra os jovens. Nós temos recentemente dois casos sendo investigados e há indícios claros de que a polícia participou do desaparecimento dos jovens.

Heloisa Bezerra: A sociedade é conivente, aceita esta situação? Nós podemos apontar as forças sociais que apoiam este comportamento das forças policiais?

Dijaci Oliveira: A sociedade, de modo geral, apoia fortemente. Cada um está vivendo o seu dia a dia, não há sentimento de pertencimento, de vida comunitária. Ninguém quer saber de problema, se envolver, todos querem cuidar da própria vida, da sua pequena rede. Há pessoas que preferem entrar e sair sozinhas da garagem, que evitam compartilhar o elevador, exatamente para não ter que se encontrar com os vizinhos. Então, quando tomam conhecimento de que houve um desaparecimento, um homicídio, algum problema qualquer, essas pessoas esperam apenas que a polícia resolva da maneira mais rápida e eficiente. Só que a eficiência da polícia é com uso de tortura, violência. Muitos dos chamados “autos de resistência” são relatados como casos em que, supostamente, a polícia foi chamada para conversar, para abordar um jovem, e quando chegou no local foi recebida com violência. Em Goiânia, nós encontramos quase 30 casos de “autos de resistência” nos últimos dois anos. Em todos eles, a polícia diz que foi alvo de uma ação dos jovens, mas o fato é que a polícia foi chegando e atirando, disparando cinco, seis tiros pelas costas. Então, como é possível afirmar que quem está enfrentando a polícia tome um tiro nas costas? Quem está enfrentando estaria de frente, e não de costas.

Heloisa Bezerra: Então, do lado da sociedade, a gente teria um medo generalizado e também um individualismo que parece nos levar a não querer olhar a situação, a se acomodar, e até mesmo se sentir aliviado com a repressão policial que culmina nessas mortes?

Dijaci Oliveira: Nós vivemos em uma sociedade altamente midiaticizada. Temos que pensar como a mídia transforma um tiro em um tiroteio. A repetição de um mesmo tiro, que reaparece diversas vezes. Então, as pessoas vivem esse pânico.

Heloisa Bezerra: Um pânico social generalizado.

- Dijaci Oliveira:** Isto se repete nas redes sociais, nos noticiários da Internet, sem que haja nenhum debate sobre redução das armas.
- Heloisa Bezerra:** Os inquéritos sobre os “autos de resistência” nem sempre são iniciados ou não têm prosseguimento. Por que, de uma forma geral, não parece haver inquérito sobre os “autos de resistência” e a autoridade policial é pouco questionada?
- Dijaci Oliveira:** Nós temos o problema da segurança e o da autoridade. O governador vai ser popular se ele for capaz de reduzir a criminalidade, se for capaz de dar segurança. É uma prioridade dos governantes, e eles precisam da força policial, mas o policial também não tem segurança, não tem seguro de vida, nem condições para enfrentar a violência, a não ser com uso de tortura, de métodos condenáveis. Essa é a polícia que vai dar a resposta para os governantes. Então, recebem todo o respaldo jurídico. A polícia é parte do aparato de dominação. O poder da polícia no Brasil é muito forte e nada do que a polícia faz é objeto de investigação, nem de julgamento.
- Heloisa Bezerra:** Então, só há inquérito sobre os “autos de resistência” se tiver alguma prova, uma gravação, algo que mostre que realmente houve exacerbação da força, se tiver repercussão na mídia. Caso contrário, ele é arquivado e a investigação desaparece?
- Dijaci Oliveira:** Olha, dependendo do caso, nem isto acontece. Você pega, por exemplo, o desaparecimento do jovem Murilo Soares Rodrigues, de 12 anos, aqui no estado de Goiás, vítima da polícia, da Rotam. O Ministério Público apresentou 27 testemunhas que viram a Rotam carregar este jovem, de 12 anos, e um outro, de 19, e tem a gravação de um policial, dizendo “Ah, se a gente tocar fogo com pneu, será que sobra vestígios?”. E não aconteceu nada. Nem com as 27 testemunhas, nem com a gravação. O juiz falou que nada disto era prova suficiente, “arquive-se”. Ou seja, às vezes, nem com provas substantivas se consegue condenar, porque se trata daqueles envolvidos que fazem parte de uma tropa de elite.
- Heloisa Bezerra:** Uma tropa de elite autorizada a matar.
- Dijaci Oliveira:** Exato, infelizmente.
- Heloisa Bezerra:** Como você analisa a relação que o aparato policial estabelece com este segmento da população, esses jovens de origem social pobre e de cor parda ou negra?
- Dijaci Oliveira:** A polícia tenta produzir medo entre os jovens. Eu tenho ouvido sobre uma prática que vem ocorrendo, em que a polícia pega os jovens, coloca para brigar e vai filmando, manda um bater no outro. Em outros casos, eles filmam os jovens fazendo sexo oral uns nos outros, fazem a edição e jogam nas redes sociais e, com isso, vão produzindo identificação, tentando desqualificar esses jovens, descaracterizar, humilhando publicamente, de forma que eles vejam quem é que manda e não reajam mais, pois podem ser vítimas fáceis. Daí o “auto de resistência” vai aparecer também na reação desses jovens a este tipo de humilhação. Eles não aceitam, querem ser respeitados, querem ser tratados como cidadãos. Eles sabem que existem leis, só que não para eles, existe lei para os jovens ricos e não para eles que são pobres.

Heloisa Bezerra: A relação permanente, assim, é de tensão, de um confronto que acaba sendo humilhante para os jovens.

Dijaci Oliveira: É uma relação tensa, de constante confronto e falta de confiança. Toda a ideia de uma polícia comunitária, de que a polícia tenha uma relação com a comunidade, que se veja a polícia como uma instituição colaboradora, na verdade, não acontece. A polícia não é uma instituição colaboradora, não tem interesse na comunidade, é uma instituição que desrespeita sistematicamente as comunidades pobres, os jovens, e continua a usar de práticas de humilhação, violência, pois acha que é o que tem que fazer. Eles aprendem isso na Academia. Fazem os cursos de direitos humanos só por fazer, porque, na prática, eles dizem “olha, tem que resolver mesmo é na bala”, ou seja, a polícia é treinada para entrar na guerra, para bater, dominar, para matar. Não temos uma polícia capaz de dialogar com as pessoas. Ela é treinada para entrar em “guerra”. Quem é treinado para uma guerra, não usa palavras, usa apenas a força. Não foi treinada para ouvir, mas apenas para dar ordens. Os autos de resistência, se é que existem, que respondem por muitas mortes, não são fruto da má educação, da truculência dos jovens. Pelo contrário, seria uma forma de resistência aos abusos cometidos pela polícia, que já chega batendo, empurrando e tratando com desrespeito.

Heloisa Bezerra: Qual o perfil dos jovens que estão sendo encarcerados ou mortos com base nessa política de segurança que permite os autos de resistência?

Dijaci Oliveira: Quando a polícia vai para as ruas, para onde ela vai? Para a periferia. Quem vão prender? Jovens de periferia. Quando vão para os ambientes mais caros, quem eles param para revistar? Jovens negros e pobres. Já têm um padrão: usa boné, camiseta e bermudão, é suspeito. Outro dia, um policial me falou “Ah, professor, a maior parte das pessoas que prendemos com drogas são negros”. Claro, eles não param e revistam os brancos, logo não vão encontrar drogas com eles. Este é o problema, eles criaram um estereótipo das pessoas que usam e vendem drogas. Tem um filme recente, vencedor do Festival de Cinema de Brasília de 2014, que menciona uma prática policial racista, em que a polícia chegava em um ambiente e dizia “branco sai, preto fica”. Aliás, este é o título do filme, do diretor Adirley Queirós, um cineasta goiano atualmente radicado em Ceilândia, Brasília.

Heloisa Bezerra: Que formas de violência, além desta extrema, que é o homicídio, têm atingido os jovens pobres mais frequentemente?

Dijaci Oliveira: A agressão é uma forma de violência sistemática. Fala-se muito de briga entre torcidas organizadas, das gangues, mas a agressão não vem somente dos grupos organizados. O jovem sofre violência porque não tem respaldo social, então sofre com violências que vêm de todos os lugares, do ambiente familiar, da vizinhança, do mercado de trabalho. Se a gente tomasse os dados de agressão, teríamos números extraordinários, mas estes números não aparecem, a maior parte não figura como boletim de ocorrência e a agressão é percebida como algo menos importante. O que é a agressão? Nada. É como no desaparecimento de pessoas, em que a polícia simplesmente diz que é insignificante se não houve um sequestro, um roubo. Eu entrevistei delegados em Brasília e perguntei o motivo dessa indiferença. A resposta mais comum era de que todos

os dias eles tinham dezenas de ocorrências – roubo de cargas, sequestro, assalto. Por que, então, ele perderia tempo com algo insignificante como um desaparecimento? Você acha que um delegado vai perder tempo com alguém que levou socos? Não vai. Essa violência de menor intensidade não é registrada, será esquecida, mas fará parte do repertório de socialização de quem apanhou.

Heloisa Bezerra: Não entra nas estatísticas.

Dijaci Oliveira: Elas vão ficar apenas na memória do indivíduo, nas práticas de socialização violentas. É o ‘bullying’. A lógica do ‘bullying’ é mostrar inúmeras práticas dentro da escola que são permeadas por algum tipo de agressão mais ampla, como sexismo, homofobia, preconceito racial e de origem. Se é nordestino, negro, deficiente, não vale nada.

Heloisa Bezerra: De que forma o tráfico de drogas se associa à violência contra jovens?

Dijaci Oliveira: Em algumas regiões isso é mais tenso. No estado de Goiás, o tráfico de drogas é recente, diferente de outros lugares em que já aparece bem mais estruturado, como Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo. O que a gente sabe é que quando começa a haver uma renda que não vai ser encontrada dentro do mercado de trabalho formal, a prática da violência se torna mais complexa e resistente. Se a renda média é de R\$ 1.800 a 2 mil, por que os indivíduos vão abrir mão desse emprego? Se o menino pode ganhar R\$ 2 mil, por que ele vai abrir mão de uma renda que ele só teria com o ensino superior?

Heloisa Bezerra: Então, o tráfico de drogas abre as portas do mercado de trabalho.

Dijaci Oliveira: Exatamente. E quando faz isto, se institucionaliza de uma forma que não se consegue enfrentar. O tráfico de drogas de alta rentabilidade, como o da cocaína, por exemplo, ao se enraizar, fornece ao indivíduo poder, possibilidade de consumo e renda fácil, sem toda aquela necessidade de ter que conquistar o mercado de trabalho, ter escolaridade. Os teóricos da educação já mostraram que esses grupos não vão romper essa barreira facilmente. Ou seja, a escola não foi feita para garantir que esses garotos se tornem empresários ou que ocupem cargos importantes.

Heloisa Bezerra: Refletindo sobre outras formas de violência, poderia falar um pouco sobre a violência praticada contra jovens trans e homossexuais?

Dijaci Oliveira: Na pesquisa que fiz sobre desaparecimento de pessoas, me chamou a atenção o grande número de jovens que figuravam como desaparecidos, mas que, na verdade, haviam fugido de casa porque não conseguiam falar da sua condição sexual, além dos jovens expulsos de casa pelos pais. É uma situação problemática, pois, ao mesmo tempo em que se cria a possibilidade de conquista, de um cenário positivo em que alguns segmentos começam a ganhar direitos, a gente cruza com uma reação muito forte até mesmo na política. Aquilo que no Congresso aparecia como possibilidade de crescimento, agora se configura como uma ameaça. Na Comissão de Direitos Humanos se discutia a possibilidade do reconhecimento da união homoafetiva. Agora não. Agora temos proposições que tentam eliminar o que já foi conquistado, um cenário de crescimento dos conservadores que querem rever os direitos conquistados. Isso colabora para o crescimento daquele segmento que tinha um certo receio de se manifestar, de acusar. Agora esses indivíduos conservadores se sentem mais à vontade para assumir

abertamente uma postura mais violenta e dizer “sou a favor da ditadura”, “sou contra os homossexuais”.

Heloisa Bezerra: Essas vitórias parciais, como o casamento homoafetivo, algumas políticas que garantiram direitos para o segmento trans e homossexual, isto fez aumentar a violência como uma reação da parte conservadora da sociedade em relação aos direitos adquiridos?

Dijaci Oliveira: É uma discussão complexa, porque tem a resistência religiosa, tem a resistência da sociedade machista e homofóbica, a gente não sabe exatamente o que está contribuindo para a violência em curso. Eu não sei até que ponto a ascensão do segmento conservador acaba contribuindo para o aumento da violência. A gente sabe que há uma reação. Em São Paulo, onde existe a Parada Gay, nesses últimos anos, a gente já viu episódios de atentados, de violência, que partiram de grupos que até então se manifestavam fazendo piadinhas. Esta é a novidade. Segmentos que agora aceitam a agressão. Você tem um movimento de quase três milhões de pessoas que estão vulneráveis a um atentado com bomba e ninguém sabe quem pode ser atingido. Essa incerteza é que vai produzindo medo.

Heloisa Bezerra: E quanto à redução da maioria penal, isto pode implicar em aumento da criminalização dos jovens pobres?

Dijaci Oliveira: Os jovens estão pagando um preço muito caro por diversos problemas da sociedade, principalmente, estão sendo responsabilizados pelo aumento da violência, que não é cometida especificamente por eles. Eles são o bode expiatório da história. Quando se tem estatísticas que mostram que os jovens menores de 18 anos respondem por 2% da violência, e todo mundo quer reduzir a maioria porque acha que vamos ter um cenário totalmente diferente na segurança, tem um segmento que vai pagar bem alto por isto. Mas deveria ser o segmento mais protegido, afinal, é o que mais morre no Brasil.

Nenhum país que aprovou esse tipo de medida obteve a redução da violência. A aprovação da lei do crime hediondo é outro exemplo de insucesso. O criminoso não tem direito à fiança, a lei é mais dura, mas não mudou nada no Brasil. A redução da maioria penal é um tipo de política de endurecimento das penas e de mais encarceramento. O Brasil já experimentou as duas coisas, as leis ficaram mais rígidas, como no caso da lei do crime hediondo, e hoje encarcera-se três vezes mais do que na década de 1990. Nem por isso os crimes diminuíram. Me desculpe, mas não existe expectativa de redução da criminalidade. Existe má-fé.

Nos Estados Unidos, o que garantiu a redução da criminalidade entre jovens foram as melhorias nas políticas sociais. Mais oferta de emprego, bolsas de estudo para os jovens infratores concluírem a educação básica, acompanhamento das famílias.

Heloisa Bezerra: A redução da maioria penal requer a revisão do artigo 228 da Constituição Federal, que define um limite etário quanto à responsabilidade social e de consumo dos indivíduos.

Dijaci Oliveira: A PEC 171/93, do ex-deputado Benedito Domingos, do Distrito Federal, não se diferencia

das outras propostas de redução da maioria penal. Nós temos projetos de autoria de José Roberto Arruda (PSDB), Benedito Domingos (PP), Osório Adriano (DEM), Alberto Fraga (DEM), e todos têm como forte apoiador o empresário Osório Adriano, que é dono da maior revendedora autorizada Volkswagen em Brasília. O relator da PEC 171/93 é o delegado Laerte Bessa (PR), da bancada da bala. Isso evidencia o interesse do segmento de revenda de automóveis para jovens ricos de 16 e 17 anos. Venderão muitos carros para eles. É isso que importa e não a segurança, como afirmam. Em busca do lucro, não medem esforços nem se importam com os problemas que surgirão. Imagine como será o mercado de exploração sexual comercial sobre os adolescentes de 16 e 17 anos ou o mercado de bebidas sobre esse segmento. Os estragos não serão pequenos. Todos nós sabemos que o automóvel está por trás dos altos índices de mortalidade juvenil, juntamente com o álcool. O efeito será trágico.

Heloisa Bezerra: Que outras consequências sociais a gente pode esperar com a exclusão ou revisão desse artigo da nossa Constituição?

Dijaci Oliveira: Dramáticas, eu diria. Por exemplo, a bebida é a droga mais consumida na sociedade brasileira, e é uma droga legal, que responde por um forte percentual de suicídios, de práticas de violência, de acidentes. Com a redução da maioria penal, os adolescentes que hoje vão aos shoppings poderão facilmente pedir uma cerveja. Imagina, se os jovens podem dirigir, se podem ser presos, o que é tomar uma cerveja?

Atualmente, mesmo que o consumo de bebida alcoólica seja proibido para os adolescentes, cerca de 25% na faixa etária de 16 e 17 anos já consumiram alguma bebida alcoólica. E quando chega aos 18 anos, esse percentual praticamente dobra. Com o fim do limite proposto no artigo 228 da Constituição Federal, o que teremos? Existem boas possibilidades desses índices passarem para as faixas etárias mais baixas. Se adolescentes de 16 e 17 anos passam a beber legalmente, consequentemente aumenta o consumo entre os jovens de 14 e 15 anos.

Heloisa Bezerra: Desdobramentos em termos de permissividade do que hoje não é legal – consumo de carros, de bebidas, de cigarro...

Dijaci Oliveira: Uma série de mudanças em diversas esferas e também no mercado de trabalho. Se hoje os jovens das classes baixas já são empurrados para abandonar a escola e começar a trabalhar aos 17, 18 anos, isso vai acontecer aos 15, 16 anos. Eu acho que vamos ter problemas também na finalização da educação básica, com mais adolescentes abandonando o ensino médio muito mais cedo. Se o objetivo da redução da maioria penal é ampliar a segurança, o caminho escolhido é muito ruim. Vai intensificar a vulnerabilização dos jovens, incidir no aumento da violência em geral contra esses jovens. Vamos pensar na exploração sexual comercial. Se hoje existe um assédio para as garotas posarem nuas para as revistas aos 18 anos, esse assédio vai recair sobre as adolescentes de 16, 17 anos. Vai ser a grande novidade do mercado. Haverá uma pressão do mercado pornográfico, da prostituição, sobre as faixas etárias que estão logo abaixo, sobre as meninas e meninos de 14, 15 anos. São os efeitos perversos da redução da maioria.

- Heloisa Bezerra:** A gente pode falar de um expediente legal, que vai legitimar o aumento de violências contra os jovens?
- Dijaci Oliveira:** Com certeza. Vai permitir mais violências contra os jovens e aumentar a vulnerabilidade, pois estarão mais expostos à punição, apesar e em consequência da maior permissividade. A questão mais complicada é o que vem em decorrência. Por exemplo, em algumas regiões de São Paulo, ficou constatado que há maior incidência de criminalidade em locais de muito comércio voltado para a venda e consumo de bebida alcoólica. Mas nós estamos criando uma lei para diminuir a violência, autorizando que mais jovens possam participar desses ambientes, desse tipo de consumo. Tem um lado muito perverso nessa coisa toda: todos os projetos trabalham com a aplicação do dispositivo conhecido como discernimento. Ou seja, nós vamos definir se o jovem sabia ou não o que estava fazendo. E o que significa o discernimento? Significa que se vai perguntar ao jovem que cometeu um crime se ele sabia o que estava fazendo. E quem é que pode ter mais condição de ter discernimento? Claro que é o jovem da classe pobre. O filho da classe rica não tem experiência da violência, pois não vive em um lugar violento, não foi socializado em um ambiente violento, então ele nunca irá para a cadeia. Mas o filho da classe pobre, ele nasce e cresce num meio violento, então é claro que ele sabe, tem condições de saber exatamente o que estava fazendo, e claro que irá para a cadeia. O dispositivo do discernimento está presente em todas as propostas que estão tramitando no Congresso. É um dispositivo que foi abolido do direito brasileiro nos idos de 1800, pois era visto como a ditadura do juiz, que olhava para um e para outro e dizia “você tem discernimento”.
- Heloisa Bezerra:** Quer dizer que as propostas de redução da maioria penal trazem o retorno do dispositivo do discernimento.
- Dijaci Oliveira:** Claro. Pense bem, se um jovem filho da classe alta, dirigindo um carro, embriagado, atropela e mata alguém, o dispositivo do discernimento pode ser usado para o juiz dizer “não, ele atropelou por acaso, não tinha a intenção de matar, é um jovem de boa índole, tem boa formação”. Mas e se for um jovem pobre? Vai ter o mesmo discernimento?
- Heloisa Bezerra:** Esse cenário que você está apontando é muito dramático. Existe algum grupo que está se organizando para propor dispositivos legais ou políticas que possam interromper este ciclo, que parece apontar para o aumento da violência contra os jovens, especialmente os mais pobres?
- Dijaci Oliveira:** A sociedade não está informada sobre todos esses desdobramentos. Não há consenso no âmbito dos grupos organizados. Por exemplo, a última pesquisa feita no âmbito da Associação de Magistrados do Brasil apontou que a maioria é favorável à redução da maioria. O único movimento que vem atuando de modo coeso, até onde sei, é o Conselho Federal de Psicologia. Mas a grande questão é que reduzir a maioria penal não vai ajudar a reduzir a violência contra jovens pobres. Isto requer uma grande mudança na mentalidade da polícia, nas formas de organização dos direitos sociais, políticas públicas, assistência social e, infelizmente, há muita resistência por parte dos governantes.

- Heloisa Bezerra:** Que experiências têm sido exitosas no sentido de transformar indicativos de violência interpessoal em relações de respeito e reciprocidade?
- Dijaci Oliveira:** Nos EUA, eles têm feito um grande debate sobre o fracasso das políticas de encarceramento, envolvendo os dois principais partidos, Democratas e Republicanos. É claro que não dá para resolver isso de uma hora para outra, é um aparato gigantesco, então começaram a buscar saídas intermediárias para a redução da violência. Começaram a trabalhar com políticas de inclusão de menores infratores, envolvendo a escola, o esporte, uma política de acompanhamento para fazer com que os jovens voltassem para o seu ambiente local, procurando envolver a família e os grupos mais próximos deles. Assistência e acompanhamento psicológico dos jovens e das famílias, bolsas de estudo para permanência na escola.
- Em Brasília, um projeto que deu certo foi o “Esporte à meia-noite”. Os jovens podem se divertir em um ambiente seguro, o que aumenta a sociabilidade, as trocas e o respeito.
- Heloisa Bezerra:** Uma ressocialização no próprio grupo de origem, seja a família, a escola ou os amigos.
- Dijaci Oliveira:** Ressocialização acompanhada.
- Heloisa Bezerra:** Finalizando, que consequências éticas e morais a gente pode esperar desse conformismo da sociedade diante do crescimento da violência contra os jovens, principalmente os pobres?
- Dijaci Oliveira:** Vou pegar novamente um exemplo dos EUA, bem emblemático. Como se deu a rebelião em Baltimore. Uma comunidade negra, que começa a se rebelar contra um sistema político que encarcerava os negros porque eles não tinham dinheiro para pagar as multas aplicadas contra eles, que os levava a contrair mais dívidas e levava a comunidade a ficar cada vez mais pobre, mais precária. Ora, a gente pode ter um cenário de confronto? Podemos ter uma comunidade que começa a se perceber como vítima de uma violência institucional, que conta com respaldo social. Na sociedade brasileira, o cenário mais dramático é a juventude cansar de ser vítima e se insurgir. Por exemplo, o que são os ‘Black blocs’? Eles não acreditam em nenhuma instituição, nem no Estado, nem em nada, não acreditam nas estruturas existentes. Acreditam que a resposta mais efetiva é a destruição das estruturas existentes. Eles não se veem representados, não se consideram protegidos, então reagem com violência.
- Heloisa Bezerra:** Falta de confiança nas instituições, ausência de acolhimento na própria sociedade. Um mundo estranho, agressor, quase uma situação de anomia social.
- Dijaci Oliveira:** Em uma situação de anomia, de falta de confiança e proteção, como os indivíduos vão reagir? Vão para os pequenos grupos, para um tipo de organização que só a experiência vai nos mostrar o que pode vir a ser. Enfim, também podemos ter nossos “Baltimores”.
- Heloisa Bezerra:** Eu te agradeço muitíssimo pela disponibilidade em falar sobre um tema tão importante quanto difícil para o momento em que estamos vivendo. A sociedade brasileira merece ser informada sobre a reflexão que você fez, sobre os caminhos que estamos levando os jovens a trilhar.

Dijaci Oliveira: Eu que agradeço, é muito importante podermos debater sobre esses problemas e, principalmente, divulgar isso para um público mais amplo.

PALAVRAS-CHAVE: juventude, violência, maioridade penal.



Dijaci David de Oliveira

Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Especialista em estudos sobre violência e desaparecimento de pessoas. dijaci@gmail.com



Heloisa Dias Bezerra

Doutora em Ciência Política, professora da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Editora associada da DESIDADES. Pesquisadora na área de juventude, democracia e novas tecnologias. diasbezerra.h@gmail.com

Generaciones: movimientos juveniles, políticas de la identidad y disputas por la visibilidad en el Chile neoliberal

de Oscar Aguilera Ruiz

RESENHA POR

Víctor Muñoz Tamayo

Os estudantes chilenos: estudo de uma politização dos movimentos sociais



Quando o século XXI começou, já havia se passado uma década, no Chile, de uma política pós-ditatorial centrada na busca de consensos no interior de um parlamento que, pela sua composição eleitoral, tendia a uma paridade entre os que tinham sido opositores de Pinochet (centro e esquerda) e os outrora “pinochetistas” (direita). Nesse contexto, qualquer transformação proposta tinha que se ajustar ao que era ditatorialmente instituído: aqueles condicionantes que o presidente Patricio Aylwin chamou de “a medida do possível”, em que se destacavam a mencionada tendência binominal-paritária do sistema eleitoral, os significativos quóruns parlamentares requeridos para mudanças fundamentais, a existência de senadores designados por instituições conservadoras (como as forças armadas) e outros fatores que compunham o que ficou conhecido como “enclaves autoritários”. Desse modo, a política navegava em

um mar de restrições, que dificultava a transformação das duas grandes construções da ditadura: o modelo institucional e o modelo econômico. Os partidos com representação parlamentar tenderam a assumir esta condição, seja celebrando-a como obra de uma “transição impecável”, seja valorizando-a como estabilidade ou aceitando-a com “autoflagelante” impotência. A sociedade, por sua vez, parecia se distanciar dos temas relativos à política, pois esta carecia daquele potencial transformador que, nas décadas passadas, tinha mobilizado multidões. Apesar da transversalidade do fenômeno, os jovens foram tachados de serem os portadores emblemáticos de uma tendência à “desafeição política”, dado o evidente desinteresse das novas gerações em fazer o cadastro eleitoral. Foi um período em que os conflitos sociais pareciam aplacados ou processados institucionalmente em um âmbito no qual o foco nos indivíduos ou a negociação de alcance restrito se impunham como lógica de interlocução e canalização de demandas na relação “sociedade-Estado”. Um marco que ilustrou esta distância entre sociedade e política foi o significativo apoio eleitoral a Joaquín Lavín em 1999 (faltou pouco para ele vencer), um candidato presidencial que, mesmo sendo de direita, fez campanha dizendo “não sou político” e se apresentando como um “bom administrador” que não se interessava pelas “discussões dos políticos” e sim pelos “problemas reais das pessoas”. Mas a estável calma da despolitização foi profundamente alterada por volta de 2006, e depois em 2011, quando movimentos estudantis de impacto nacional não só reivindicaram um papel de defesa das demandas sociais, como também se autoproclamaram portadores de um descontentamento de reconhecida raiz política e ênfase politizadora. Esses jovens mobilizados defendiam a ideia de que os seus problemas estudantis eram parte de um problema social estrutural, de modo que as soluções não se limitariam a um universo específico (o colégio, a universidade), mas se conectariam a todo o ordenamento institucional e socioeconômico herdado da ditadura. As passeatas multitudinárias, que gritavam “vai cair a educação do Pinochet”, apontavam diretamente para todo o modelo herdado da ditadura e ratificado na pós-ditadura, impulsionando uma relação de conflito que, ao não encontrar lugar em um sistema político fechado e impermeável ante a politicidade social, passou a lutar pela própria transformação da política: passar da “medida do possível” ao questionamento desta medida, rechaçar os limites da transição e promover novos espaços e lógicas para a construção coletiva da ordem social. Este marco histórico, e o problema aí subjacente, isto é, a politização juvenil como um chamado para a repolitização social, constitui o núcleo da análise de Oscar Aguilera em ‘Generaciones: movimientos juveniles, políticas de la identidad y disputas por la visibilidad en el Chile neoliberal’. Neste estudo, o autor combina discussão conceitual com análise social a partir de um completo registro qualitativo de relatos de vida. Tais relatos – da vida de participantes dos movimentos estudantis secundários e universitários – se articulam com as representações da política e dos sentidos sociopolíticos do movimento, resultando em uma profunda análise da construção histórica das identidades mobilizadas.

Oscar Aguilera assume a posição do analista que opta por problematizar os enfoques sobre movimentos sociais em função das realidades e dos processos que investiga, mais do que procurar um modelo explicativo e excludente em um deles. Por

isso, a análise teórica procura iluminar aqueles aspectos que se destacam na análise contextual: os vínculos entre estrutura e cultura, organização e sociabilidade, racionalidades e emoções, as realidades nas quais o movimento emerge e as realidades que o próprio movimento cria. Tudo isso é desenvolvido a partir de duas advertências fundamentais: a) As estruturas determinam, mas não predefinem o sujeito a ponto de anular a sua conformação múltipla e tensionada. Isto é, existiria o sujeito juvenil socializado no neoliberalismo, mas não o sujeito jovem “do neoliberalismo” como ente preso culturalmente à sociedade de mercado e que só poderia reproduzir a ordem a partir das lógicas hegemônicas deste modelo econômico, o que suporia um estancamento irreversível da política enquanto técnica puramente administrativa, cindida do aspecto social e de seus conflitos, assim como uma impossibilidade de os movimentos sociais alcançarem uma efetiva politização que dispute a construção da ordem. b) Os movimentos sociais têm na sua visibilidade uma conquista, mas ela não é um ponto de partida, e sim um ponto de chegada de um processo complexo, no qual se articularam identidades, modelaram-se as dimensões sociopolíticas das demandas e aprendizados para a ação coletiva foram compartilhados e debatidos. Recusa-se, assim, a predefinição estrutural do sujeito, mas também o foco restrito à “manifestação” ou ao surgimento público do movimento sem prestar atenção aos processos constitutivos daquela cultura que sustenta a ação coletiva, as suas demandas e organização. Enquanto que da perspectiva do sujeito predefinido se cai na ideia da irreversibilidade de uma sociedade “de mercado” e de uma política elitizada e tecnificada, que limita ou impede alavancar os movimentos sociais, a partir de um foco limitado à visibilidade do movimento (o movimento como ponto de partida da análise), tende-se à tentação de um diagnóstico de espontaneidade, dando ênfase ao protesto por descontentamento ou mal-estar que emerge ante uma oportunidade estrutural. Aguilera nos diz, ao contrário, que tem sentido aprofundar-se nas práticas e cultura geradas nos processos constitutivos dos movimentos estudantis, pois é aí que está em jogo a conformação de sujeitos com incidência sociopolítica, sujeitos que aproveitam oportunidades como fissuras, crises e reformulações do sistema político, mas que também são atores criadores de tais oportunidades. Isto requer um olhar tanto estrutural quanto cultural, atento às práticas, mas também aos marcos interpretativos mediante os quais tais práticas são entendidas e debatidas, configurando noções sobre a política, o social, o justo, o injusto e o legítimo. Trata-se, em definitivo, de perceber como nos movimentos se articula uma ética e uma estética, criando um vínculo entre as formas de expressão e os elementos presentes nos modos de significar e avaliar uma política dos movimentos estudantis.

Entre os tópicos fundamentais que o livro analisa estão: os espaços de disputa que os movimentos estudantis protagonizam, as suas relações com o Estado, o governo, a iniciativa privada, outros atores sociais e os meios de comunicação; as lógicas de ação, o manejo das estratégias comunicativas, os códigos das manifestações e a negociação, a construção e historicidade das identidades, os sentidos da ação coletiva, as autoimagens geracionais enquanto noção (identidade) do próprio sujeito na história, e as relações intergeracionais (ou a construção relacional do geracio-

nal). Em função destas abordagens, o livro nos apresenta três momentos cuidadosamente vinculados. Em primeiro lugar, um debate conceitual social e historicamente situado, no qual se faz dialogar o estudo do ciclo de mobilizações sociais no Chile durante a última década com a especificidade estudantil-juvenil e as teorias dos movimentos sociais. Em segundo lugar, a exposição de três relatos de vida de participantes dos movimentos estudantis abordados, o que permite captar a fonte da análise na sua forma mais “pura”, convidando o leitor a exercer seu papel de intérprete. Em terceiro lugar, o estudo integrado da dimensão contextual-teórica com a análise qualitativa, encerrando o texto.

Assim, este livro constitui uma relevante contribuição à compreensão da ação coletiva na América Latina. Uma leitura recomendável para aqueles que queiram conhecer o continente, se aprofundando no país no qual o liberalismo foi mais longe, mas que nem por isso deixou de ter na sua história um campo de disputa entre sujeitos. Material útil para conhecer as lutas que os jovens desse lugar do mundo travam para visibilizar posições, projetar identidades, significar alternativas e vivenciar a política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

RUIZ, O. A. **Generaciones:** movimientos juveniles, políticas de la identidad y disputas por la visibilidad en el Chile neoliberal. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

DATA DE RECEBIMENTO: 02/03/2015

DATA DE ACEITAÇÃO: 09/05/2015

PALAVRAS-CHAVE: movimentos sociais, estudantes, Chile.

Víctor Muñoz Tamayo

*Historiador, Doutor em Estudos Latino-americanos, Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Pesquisador do Centro de Estudios de la Juventud (CEJU), Universidad Católica Silva Henríquez, Chile.
dijaci@gmail.com*

A escola e o mundo do aluno: estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola

de Marcelo Baumann Burgos (coord.)

RESENHA POR

Ana Maria Cavaliere

A construção social do aluno: desafio da escola, da família e da vizinhança



“A escola e o mundo do aluno” é um trabalho de fôlego e que nos leva necessariamente a pensar e repensar conceitos e percepções sobre a escola e as condições da educação pública. Trata-se de um estudo que caminha por muitas vertentes, sob a regência competente de Marcelo Baumann Burgos. Apresenta os resultados e as reflexões decorrentes de uma grande empreitada de pesquisa e extensão realizada de 2010 a 2014. Ela teve como núcleo um conjunto de nove escolas da rede escolar municipal da cidade do Rio de Janeiro, a partir do qual diversas outras dimensões relacionadas à realidade educacional foram sendo incorporadas. As escolas localizam-se no bairro da Gávea e na favela da Rocinha e recebem principalmente alunos moradores nesta última, que vem a ser um dos maiores conglomerados populacionais com estrutura urbana precária do país, onde vivem mais de 70 mil habitantes.

Como exemplo da riqueza do estudo, destaque-se que, no conjunto das ações relatadas no livro, estão presentes, atuando e colaborando em diferentes momentos, além da equipe de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a Secretaria Municipal de Educação, a equipe do Programa de Aceleração do Crescimento-Rocinha, a Associação de Moradores da Gávea, o Conselho Tutelar da Zona Sul e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.

O encadeamento de textos, com seus 19 autores, se faz de modo coeso e coerente, levando o leitor a reviver a complexidade encontrada pela equipe e a compartilhar, com todas as tintas, os problemas e questões de pesquisa enfrentados.

Ao traçar como fio condutor a relação da escola com o mundo do aluno, o estudo lança mão das noções de “educabilidade” e “construção social do aluno”, que são a espinha dorsal epistemológica das ações de pesquisa e extensão realizadas. A constatação dos limites no cumprimento do direito à educação e a tentativa de compreender os desencontros entre os alunos, tal como são, e aquilo que a escola deles espera, são pontos de partida promissores.

Quando avançamos na leitura, percebemos o quanto as condições que favorecem a “construção social do aluno”, que estariam ancoradas nas relações entre escola, família e vizinhança, mostram-se frágeis nas escolas estudadas. De acordo com as análises empreendidas, essa fragilidade resulta em uma fraca institucionalização da vida escolar, tensionada pelos “efeitos do lugar”, mas sem diálogo com o lugar.

Ao mesmo tempo em que o estudo afirma a compreensão de que a questão educacional vai muito além da instituição “escola”, e envolve família, vizinhança e outros órgãos, a necessidade de um conhecimento mais qualificado e criterioso dos fenômenos que ocorrem no interior de cada escola se impõe, reforçando uma tendência da sociologia da educação brasileira em desenvolver uma sociologia *da escola*. Nesse aspecto, nos foi inevitável a lembrança do clássico texto de Antonio Candido (1987), “A estrutura da escola”, escrito nos anos 1950. Segundo ele, na vida escolar, “ao lado das relações oficialmente previstas, há outras que escapam à sua previsão, pois nascem da própria dinâmica do grupo social escolar” (p.107). Dessa forma, ainda segundo o autor, as escolas diferenciam-se umas das outras devido às características de sua sociabilidade própria. A percepção do que é único em cada uma delas é o que também permitirá compreender o que é comum a todas, e passível de interferência intencional.

A seção que apresenta a pesquisa realizada no interior das escolas traça um perfil dos alunos e das suas condições de escolarização em cada escola com base em informações da Secretaria Municipal de Educação. Aparecem, entre outros elementos, os níveis de distorção idade-série e a ocupação e grau de instrução dos responsáveis. No mais interessante aspecto dessa seção – e talvez do livro –, os autores mostram, com base em ‘survey’ dirigido a mais de 300 responsáveis, e no acompanhamento das reuniões de pais nas escolas, as diferenças existentes entre as percepções das famílias populares sobre a escola e as representações que os professores fazem dessas mesmas famílias. A partir desse momento, o estudo envereda por um esforço questionador, que fustiga

o senso comum, não só dos profissionais das escolas, mas da sociedade em geral, pondo em xeque certas “verdades” ao cotejá-las com as informações oficiais do sistema de ensino, com os resultados do ‘survey’ e com as observações das reuniões de pais. Opiniões e representações recorrentes dos profissionais das escolas, como as de que os responsáveis são muito jovens, ausentes da escola e desinteressados pela educação dos filhos, as famílias são desestruturadas e recebem o Bolsa-família, as crianças ajudam no trabalho de casa, se mostraram pouco apoiadas na realidade e típicas de um movimento em que se toma a parte (às vezes bem pequena) pelo todo. Destaque-se o equilíbrio dos autores ao enfrentar tão delicada questão, sem vitimizar famílias, alunos ou profissionais da educação, compreendendo as dificuldades vivenciadas por todos como uma decorrência do padrão de educabilidade, que, por sua vez, é fruto das precárias condições institucionais de uma escola minimalista, inserida em uma sociedade ainda “pouco prevenida para suas responsabilidades com a educação” (Burgos, 2014, p. 68).

A equipe de pesquisa não deixou de aproveitar o recreio, momento de grande importância na vida escolar, onde as diferenciações entre sexo, idade, grupos associativos e status – para usar a tipologia de Antonio Candido – afloram e propiciam abordagens compreensivas. As observações desse momento da vida escolar mostraram a variedade de características entre as escolas e, particularmente, o grau de desenvolvimento de cada uma delas no processo de construção social do aluno, isto é, no maior ou menor sucesso obtido no processo de socialização escolar, sem ceder aos diagnósticos deterministas ou espetaculosos.

A seção seguinte tem como foco o papel desempenhado pelo Conselho Tutelar na articulação entre a escola e seus alunos. A evocação do Conselho pelos professores e a ausência de outras instâncias/instituições de articulação da escola com o mundo do aluno levaram ao “mergulho” dos pesquisadores neste órgão por onde passam justamente aqueles alunos com as piores condições de integração às lógicas e exigências do cotidiano escolar. Um conjunto de cinco capítulos nos introduz na história e características desses conselhos, bem como em suas dificuldades e pouca visibilidade social. O Conselho Tutelar, inclusive na região das escolas estudadas, mostrou uma atuação ainda periférica, mas, ao mesmo tempo, com grande potencial de vir a ser um importante parceiro da escola e da família no enfrentamento dos problemas que afetam a trajetória escolar de crianças e adolescentes.

Ainda nessa seção, o dramático caso do assassinato brutal de um aluno de uma das unidades escolares que integraram o estudo, com apenas 12 anos, ocorrido na região de sua escola e moradia, gerou um contundente capítulo, onde se constata a fragilidade das articulações entre a escola, a família, a vizinhança e o Conselho Tutelar. Cada uma dessas instâncias revela suas fragilidades próprias, muito bem percebidas pelo estudo: na escola, apesar de cursar o quinto ano, o menino não aprendera a ler e escrever e anteriormente fora reprovado por faltas; a família, monoparental e muito pobre, perdera a casa num temporal e a mãe estava desempregada; o bairro caracterizava-se como um caso típico de “cidade partida”, no qual riqueza e pobreza se veem mas não se tocam e, finalmente, o Conselho Tutelar não chegara a alcançar o menino, apesar do histórico de graves dificuldades escolares e sociais. A constatação evidente de que o fracasso é mul-

tidimensional, e assim precisa ser encarado, nos faz adentrar de outra forma à terceira seção do livro, dedicada às experiências de extensão que afirmam a ideia de que não há solução que passe apenas pela escola.

Alguns caminhos diferentes foram trilhados nas atividades de extensão, todos eles envolvendo diversos setores da universidade e buscando uma nova relação entre a PUC-Rio e as escolas do seu entorno. A constatação da precariedade geral dos instrumentos de captação de dados e a necessidade de fortalecer a cultura da informação ensejaram a construção, em parceria com o Conselho Tutelar, de uma ferramenta de gestão da informação com vistas ao aperfeiçoamento da atuação desse órgão. Ainda entre as ações de extensão, é reportada a organização de duas edições de um festival artístico e esportivo das escolas do bairro da Gávea e da Rocinha. A iniciativa reuniu alunos das escolas públicas e privadas da região e foi um momento privilegiado para a observação da interação entre os estudantes desses dois tipos de escola, mostrando a recorrência dos movimentos de estigmatização e evitação, mas, ao mesmo tempo, constituindo-se num “encontro desconcertante” para ambos os grupos frente à vivência conjunta da condição comum de serem “alunos”.

O último projeto de extensão apresentado se fez em conjunto com a associação de moradores da Gávea com vistas à reforma das praças do bairro, a fim de torná-las espaços agradáveis de convivência. A iniciativa trouxe questões sobre as relações entre o bairro e a escola, entre o urbano e a educação, e a necessidade de se expandirem as fronteiras do chamado ambiente educacional.

A primeira parte do livro se encerra com dois capítulos que colocam os professores das escolas envolvidas em confronto com os achados da pesquisa. Num deles, profissionais das escolas avaliam os temas que se apresentaram na pesquisa. No outro, um integrante da equipe de pesquisa, que, ao mesmo tempo, é professor em uma das escolas estudadas, mostra o quanto a possibilidade do professor mergulhar no mundo do aluno depende das condições de trabalho de que ele dispõe.

A segunda parte do livro faz incursões teóricas relacionadas ao que se apresentou até ali. Possui quatro capítulos, sendo um deles escrito por Ralph Bannell, também coordenador da pesquisa, que debate a democracia e o papel da escola hoje. Os demais foram escritos por pesquisadores estrangeiros, que aprofundaram alguns dos temas que emergiram ao longo dos trabalhos de pesquisa e extensão.

A relação família-escola e os diferentes tipos de atuação dos pais na vida escolar são debatidos por Pedro Silva a partir de etnografia realizada em Portugal, que mostra também as dificuldades adicionais existentes entre as famílias de meios populares e as escolas. Benjamin Moignard problematiza a relação da escola com o território e discute o quanto o projeto francês de escola democrática e republicana vem sofrendo uma ruptura, dando sinais de fragmentação e isolamento. Estudando a realidade de escolas argentinas, Daniel Miguez analisa a tensão que se constrói quando os alunos passam a ser os protagonistas na regulação cotidiana da vida escolar devido à diminuição da capacidade dos adultos de fazer prevalecerem suas propostas.

Em suma, pesquisa, extensão e aprofundamento teórico combinam-se neste livro de maneira inspirada e muito bem-sucedida. Uma grande qualidade é a maestria com que seu foco foi mantido frente aos muitos autores e vertentes que se sucedem. A questão da construção social do aluno, desafio da educação brasileira desde a massificação da escolarização básica, desponta no livro, reafirmando-se como um ponto nodal do problema educacional brasileiro. Os colaboradores externos nos deixam ver que esse ponto não é apenas brasileiro, isto é, que o lugar da escola e, portanto, a construção da identidade de aluno, está em questão no mundo. Se isso, por um lado, aumenta o tamanho e a abrangência do problema, por outro, nos mostra que não estamos sozinhos e podemos cotejar experiências e somar esforços teóricos para descortinar esse significativo fenômeno social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIDO, A. *A estrutura da escola*. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. M. (Org.). **Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação**. 13. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

BURGOS, M. B. (Coord.). A escola e o mundo do aluno: estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2014.

DATA DE RECEBIMENTO: 26/03/2015

DATA DE ACEITAÇÃO: 28/05/2015

PALAVRAS-CHAVE: escola pública, educabilidade, construção social do aluno.

Ana Maria Cavaliere

Professora da Faculdade de Educação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
(UFRJ), Brasil.

anacavaliere@uol.com.br

Levantamento bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de Março a Junho de 2015, cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 *A aula universitária: coreografias de ensino***
ISBN 978-85-444-0384-6
AUTORA: Maria das Graças Auxiliadora Fidelis Barboza
EDITORA: CRV, Curitiba, 224 páginas
- 2 *Análise do discurso de adolescentes em privação de liberdade: reflexões sobre a luta pelo reconhecimento***
ISBN 978-85-444-0382-2
AUTORES: Jacqueline de Oliveira Moreira, Fuad Kyrillos Neto, Angela Bucciano do Rosário, Juliana Marcondes Pedrosa de Souza e Carlos Roberto Drawin
EDITORA: CRV, Curitiba, 130 páginas
- 3 *A Política Socioeducativa e o Degase no Rio de Janeiro***
ISBN 9788581488677
AUTORA: Elis Regina Castro Lopes
EDITORA: Paco Editorial, Rio de Janeiro, 168 páginas
- 4 *As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita***
ISBN 978-85-7496-352-5
AUTORAS: Lígia Márcia Martins e Ana Carolina Galvão Marsiglia
EDITORA: Autores Associados, Campinas, 112 páginas
- 5 *Así, ¿quién quiere estar integrado? - La question de la inclusión en la escuela Argentina***
ISBN 978-987-602-334-4
AUTORA: Lucía Garay
EDITORA: Comunicarte, Córdoba, 352 páginas
- 6 *Aprendizaje de la ciudadanía. Contextos, experiencias y resultados***
ISBN 978-956-14-1513-3
ORGANIZADORES: Cristián Cox y Juan Carlos Castillo
EDITORA: Ediciones UC, Santiago, 524 páginas
- 7 *Autismos: ¿espectro o diversidad? Familias, maestros y profesionales ante el desafío de repensar etiquetas***
ISBN 978-987-538-415-6
AUTOR: Juan Vasen
EDITORA: NOVEDUC, Buenos Aires, 200 páginas
- 8 *Ciudades e infancia: juego, participación y derechos culturales en Rosario (Argentina)***
ISBN 1564-4162
AUTORA: Cristina Bloj
EDITORA: CEPAL, Santiago, 84 páginas

- 9 **Coordenador pedagógico no espaço escolar: articulador, formador e transformador**
ISBN 9788515042760
AUTORAS: Laurinda Ramalho de Almeida e Vera Maria Nigro de Souza Placco
EDITORA: Edições Loyola, São Paulo, 168 páginas
- 10 **Crianças, infâncias e Educação Infantil**
ISBN 978-85-444-0373-0
ORGANIZADORA: Liana Gonçalves Pontes Sodré
EDITORA: CRV, Curitiba, 360 páginas
- 11 **Crianças na América Latina: histórias, culturas e direitos**
ISBN 978-85-444-0401-0
ORGANIZADORA: Verônica Müller
EDITORA: CRV, Curitiba, 164 páginas
- 12 **Desafios da gestão escolar: contribuição para o debate**
ISBN 978-85-232-1274-2
ORGANIZADORES: José Wellington Marinho de Aragão e Ronaldo Figueiredo Venas
EDITORA: EDUFBA, Salvador, 219 páginas
- 13 **Desejabilidade educativa e aprendente: desafios num cenário social e escolar em metamorfose**
ISBN 978-85-444-0438-6
AUTORA: Patrícia Aparecida Pedroso
EDITORA: CRV, Curitiba, 122 páginas
- 14 **Dilemas del bullying: de la urgencia a la oportunidad**
ISBN 978-987-538-428-6
ORGANIZADOR: Juan Antonio Seda
EDITORA: NOVEDUC, Buenos Aires, 160 páginas
- 15 **Educação brasileira: cenários e versões**
ISBN 9978-85-444-0386-0
ORGANIZADORES: Francisco Ari de Andrade, Flávio Muniz Chaves, Luzianny Borges Rocha
EDITORA: CRV, Curitiba, 262 páginas
- 16 **Educação e culturas populares em diferentes contextos educativos: pesquisas e intervenções**
ISBN 978-85-7078-384-4
AUTORES: Benerval Pinheiro Santos, Cristiane Coppe de Oliveira e Olenir Maria Mendes
EDITORA: UFU, Uberlândia
- 17 **Educação e formação humana: interlocuções críticas e dialéticas**
ISBN 978-85-444-0422-5
ORGANIZADORES: Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho e Sílvia Adriana Rodrigues
EDITORA: CRV, Curitiba, 176 páginas
- 18 **Educação em Hannah Arendt: implicações para o currículo**
ISBN 978-85-444-0127-9
AUTORA: Sandra Regina Leite
EDITORA: CRV, Curitiba, 120 páginas

- 19 **Educação e luta de classes**
ISBN 9788524923531
AUTOR: Anibal Ponce
EDITORA: Cortez, São Paulo, 240 páginas
- 20 **Educação e pesquisa participante: um estudo sobre a atitude transdisciplinar no ensino fundamental**
ISBN 978-85-444-0364-8
AUTORAS: Sueli Perazzoli Trindade e Ortenila Sopelsa
EDITORA: CRV, Curitiba, 158 páginas
- 21 **Educação do campo e infâncias**
ISBN 978-85-444-0314-3
AUTORES: Erineu Foerste, Valdete Côco, Gerda Margit Schütz-Foerste, Bernd Fichtner e Imbke Behnken
EDITORA: CRV, Curitiba, 336 páginas
- 22 **Educação infantil e ensino fundamental: contextos, práticas e pesquisa**
ISBN 9788585936631)
ORGANIZADORA: Anelise Monteiro do Nascimento
EDITORA: NAU, Rio de Janeiro, 240 páginas
- 23 **Educação: temas em debate**
ISBN 978-85-421-0330-4
ORGANIZADORAS: Susana Beatriz Sacavino e Vera Maria Candau
EDITORA: 7 Letras, Rio de Janeiro, 168 páginas
- 24 **Educación y cultura en los comentarios reales**
ISBN 9786124050831
AUTOR: Ezequiel Valenzuela Noguera
EDITORA: Fondo Editorial UIGV, Lima, 264 páginas
- 25 **El gran desafío: romper la trampa de la desigualdad desde la infancia**
ISBN 9789876913553
AUTORES: Bernardo Kliksberg e Irene Novacovsky
EDITORA: Biblos, Buenos Aires, 358 páginas
- 26 **Emergencias educativas, ciudadanas y democráticas en Chile y Colombia**
ISBN 978-987-722-044-5
ORGANIZADORES: Fernanda Saforcada e Héctor Fabio Ospina
EDITORA: CLACSO, Buenos Aires, 309 páginas
- 27 **Escola como desejo e movimento - novos paradigmas, novos olhares para a educação**
ISBN 9788524923524
AUTORAS: Esméria Rova e Alcimar Alves de Souza Lima
EDITORA: Cortez, São Paulo, 360 páginas
- 28 **¿Es posible la ternura en la escuela?: psicopedagogía y docencia**
ISBN 978-987-591-570-1
COORDENADORA: Dolagaray e Nora Inés
EDITORA: Brujas, Córdoba, 182 páginas

- 29 **Estudos culturais da educação: questões abertas**
ISBN 978-85-444-0387-7
ORGANIZADORES: Catarina Carneiro, Gonçalves Fernando e Cézár Bezerra de Andrade
EDITORA: CRV, Curitiba, 170 páginas
- 30 **Hip hop, educação e poder: O rap como instrumento de educação**
ISBN 978-85-232-1295-7
AUTOR: Ivan dos Santos Messias
EDITORA: EDUFBA, Salvador, 211 páginas
- 31 **Infância, juventude e educação: práticas e pesquisas em diálogo**
ISBN 9788581280417
AUTORAS: Rita Ribes, Ana Elisabete Lopes e Nubia de Oliveira Santos
EDITORA: NAU, Rio de Janeiro, 440 páginas
- 32 **Intervenção na delinquência juvenil: perspectivas psico-forenses**
ISBN 978-85-444-0333-4
AUTOR: Jorge Negreiros
EDITORA: CRV, Curitiba, 144 páginas
- 33 **Jogos Eletrônicos, Mobilidades e Educações – Trilhas em construção**
ISBN 978-85-232-1326-8
ORGANIZADORES: Lynn Alves e Jesse Nery
EDITORA: EDUFBA, Salvador, 372 páginas
- 34 **¿Jóvenes en conflicto con la ley o ley en conflicto con los jóvenes?**
ISBN 978-950-802-382-7
AUTORA: Romina Bustos
EDITORA: Galerna Libros, Buenos Aires, 186 páginas
- 35 **Juventude e pensamento conservador no Brasil**
ISBN 978-85-283-0505-0
AUTORES: Katya Mitsuko e Zuquim Braghini
EDITORA: PUC-SP, São Paulo, 294 páginas
- 36 **Juventudes latino-americanas - Prácticas socioculturales, políticas y políticas públicas**
ISBN 978-987-722-079-7
ORGANIZADORES: Humberto J. Cubides Cipagauta, Silvia Borelli, Melina Vázquez, René Unda Lara
EDITORA: CLACSO, Buenos Aires, 217 páginas
- 37 **La educación en ciudadanía como construcción de subjetividad política. Jóvenes, escuela y proyectos**
ISBN 978-84-15295-76-1
AUTORA: Silvia Coicaud
EDITORA: Miño y Dávila, Buenos Aires, 192 páginas
- 38 **La extinción de la educación pública en Chile**
ISBN 978-987-722-068-1
AUTOR: Jesús Redondo Rojo
EDITORA: CLACSO, Buenos Aires, 407 páginas

- 39 ***La investigación sobre educación secundaria en la Argentina en la última década***
ISBN 978-950-9379-28-2
ORGANIZADOR: Daniel Pinkasz
EDITORA: FLACSO, Buenos Aires, 179 páginas
- 40 ***Malestar, deseo y saber. Subjetividad, práctica docente y organización escolar***
ISBN 978-987-538-423-1
AUTORA: Gabriela Nemiña
EDITORA: NOVEDUC, Buenos Aires, 192 páginas
- 41 ***Novos modos de regulação das políticas públicas educacionais no contexto da terceira via***
ISBN 978-85-7192-956-2
ORGANIZADORAS: Maria de Fátima Cossio e Rita de Cássia Rodriguez
EDITORA: Editora UFPel, Pelotas
- 42 ***O ensino superior na tramitação do plano nacional de educação – 2014-2024***
ISBN 978-85-444-0394-5
AUTORA: Guaracy Silva
EDITORA: CRV, Curitiba, 276 páginas
- 43 ***Pedagogia da virtualidade - Redes, cultura digital e educação***
ISBN 9788515042852
AUTORA: Margarita Victoria Gomez
EDITORA: Edições Loyola, São Paulo, 128 página
- 44 ***Perfiles de la exclusión educativa. Situación educativa de la niñez del Distrito Teniente 1°***
Manuel Irala Fernández
ISBN 978-99967-713-3-0
ORGANIZAÇÃO: Instituto Desarrollo, UNICEF
EDITORA: UNICEF, Assunção, 37 páginas
- 45 ***Política educacional e formação docente na fronteira amazônica volume II***
ISBN 978-85-444-0303-7
ORGANIZADORES: Tânia Suely Azevedo Brasileiro, Antônio Carlos Maciel e Rosângela De Fátima Cavalcante França
EDITORA: CRV, Curitiba, 136 páginas
- 46 ***Sistemas educacionais concepções, tensões, desafios***
ISBN 9788515042807
AUTORES: Donaldo Bello de Souza, Rosimar de Fátima Oliveira e Marisa Ribeiro Teixeira Duarte
EDITORA: Edições Loyola, São Paulo, 328 páginas
- 47 ***Sob o signo da infâmia. Das violências em ambientes educacionais às estratégias midiáticas de jovens homicidas/suicidas***
ISBN 9788576174073
AUTORA: Flora Daemon
EDITORA: Garamond, Rio de Janeiro, 244 páginas
- 48 ***Técnicas participativas para educar en derechos humanos***
ISBN 978-950-802-380-3
AUTORES: Eduardo Salgado e Marta Vera
EDITORA: Espacio Editorial, Buenos Aires, 159 páginas

- 49 **Textos escolares no Brasil: clássicos, compêndios e manuais didáticos**
ISBN 978-85-7496-332-7
ORGANIZADOR: Gilberto Luis Alves
EDITORA: Autores Associados, Campinas, 192 páginas
- 50 **Violência nas escolas: em busca de uma cultura da não violência**
ISBN 978-85-444-0361-7
ORGANIZADORA: Celma Borges Gomes
EDITORA: CRV, Curitiba, 246 páginas
- 51 **Vozes Kamé e Kairu: processos educativos estéticos vivenciados numa escola Kaingang**
ISBN 978-85-7515-891-3
AUTORAS: Sandra Rogeria de Oliveira, Beatriz Favaretto e Graciela Ormezzano
EDITORA: UPF, Passo Fundo, 166 páginas

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no [site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ](#), seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
7. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pautarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real**: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea**: perspectivas nacionais e internacionais. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.observatorioadolecente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. As citações de autores no corpo do texto e as notas de rodapé seguem as normas ABNT (NBR 10520, 2002).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do Autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
- Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, espaçamento simples, com a indicação: (Autor, ano, p.).
- As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).
- As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto, fonte Arial 10, espaço simples, justificado.

9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverão ser utilizadas aspas simples ao invés de itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a quatro mil palavras.
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no [site da DESIDADES](#), no portal de revistas UFRJ. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

DESIDADES

***Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude***

Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br

